

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

FABIANO VALLE DE OLIVEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA  
SOCIEDADE TOLERANTE**

São Leopoldo

2022



FABIANO VALLE DE OLIVEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO RELIGIOSO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA  
SOCIEDADE TOLERANTE**

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de Mestre em  
Teologia. Faculdades EST Programa de  
Pós-Graduação em Teologia Área de  
Concentração: Religião e Educação  
Linha de Pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e Juventude

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48c Oliveira, Fabiano Valle de

A contribuição do Ensino Religioso para a construção de uma sociedade tolerante / Fabiano Valle de Oliveira ; orientadora Laude Erandi Brandenburg. – São Leopoldo : EST/PPG, 2022.

71 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2022.

1. Ensino Religioso – Ensino fundamental. 2. Intolerância. 3. Preconceito. 4. Violência. I. Brandenburg, Laude Erandi, orientadora. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

FABIANO VALLE DE OLIVEIRA

**A contribuição do Ensino Religioso para a construção de uma sociedade tolerante**

Dissertação de Mestrado  
para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em  
Teologia  
Área de concentração:  
*Religião e Educação*  
Linha de atuação:  
*Educação Comunitária com Infância e  
Juventude*

Data de Aprovação: 28 de junho de 2022

Prof. Dr. Laude Erandi Brandenburg  
*Presidente da banca*

Prof. Dr. Nilton Eliseu Herbes  
*Faculdades EST - Participação por videoconferência*

Prof. Dr. Belmiro Medeiros da Costa Junior  
*FBN - Participação por videoconferência*



*Dedico primeiramente a Deus que me permitiu estar vivo após todo esse período de pandemia por COVID 19 e por ter me sustentado até aqui.*

*A minha amada esposa Jaíze Alencar que sempre esteve me incentivando e motivando nos momentos decisivos, confiando e acreditando em meu potencial.*

*E a todos os meus familiares e amigos que sempre torceram pelo meu sucesso.*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar ao meu Deus que me deu forças e capacidade intelectual para chegar até o fim desta etapa tão importante da minha vida acadêmica e me fez acreditar que com esforço somos capazes de realizar sonhos.

Aos mestres e doutores da EST que contribuíram para a minha formação acadêmica, orientando e compartilhando saberes para o meu crescimento profissional e pessoal. E também a toda equipe administrativa e pedagógica da EST que nos deu todo o suporte necessário para assistir às aulas, tirar dúvidas e nos manter sempre bem informados sobre todos os procedimentos a serem realizados.

Aos meus familiares que sempre apoiaram e me incentivaram em minhas decisões.

A minha esposa e filhos que são a razão pela qual tenho avançado e prosseguido na busca por capacitação e crescimento profissional, e que despertam em mim a vontade e o desejo de ser melhor a cada dia.

Meu muito obrigado!



*Discordo do que você diz, mas defenderei  
até a morte o seu direito de dizê-lo.*

Evelyn Beatrice Hall



## RESUMO

A temática a ser abordada é a forma como o Ensino Religioso pode contribuir para o desenvolvimento de pessoas tolerantes. A educação deve ser a base para essa transformação, dessa forma o Ensino Religioso nas escolas de ensino fundamental se torna um importante instrumento de propagação da tolerância religiosa no âmbito de uma sociedade moderna com indivíduos que possuem comportamentos coerentes com a liberdade de expressão. Nesse sentido, podemos observar que a família, a instituição secular que historicamente se define pela ligação estreita e íntima entre pessoas que se unem por laços parentais ou não, transmite valores e, também, preconceitos contra cor, raça, credo, gênero, dentre outros, que, por fim, chegam a gerar violência, seja física ou verbal. Assim sendo, a escola combateria essa cultura e esclareceria não somente o aluno e a aluna, mas alcançaria a família dessa pessoa. O reflexo disso é a violência que retrata a intolerância explícita de quem pensa diferente do seu próximo e não consegue ter uma postura mais inclusiva. A falta de informação é um fator que contribui para a intolerância. Obter informações corretas é importante nessa compreensão. Algumas pessoas alimentadas por conceitos equivocados agem impulsivamente, tendo como orientação a ignorância. Elas constroem o preconceito ofuscando a verdade e, associado a isso, há as doutrinações exclusivistas e sectárias que têm produzido uma bomba relógio na sociedade. A demonização dos que pensam diferente de mim são estímulos ao comportamento intolerante.

**Palavras-chave:** Ensino Religioso. Intolerância. Preconceito. Violência. Religião.



## ABSTRACT

The theme to be addressed is how Religious Education can contribute to the development of tolerant people. Education must be the basis for this transformation, so Religious Education in elementary schools becomes an important instrument for the propagation of religious tolerance within a modern society with individuals who have behaviors consistent with freedom of expression. In this sense, we can observe that the family, the secular institution that historically is defined by the close and intimate connection between people who are united by parental ties or not, transmits values and also prejudices against color, race, creed, gender, among others. , which eventually lead to violence, whether physical or verbal. Therefore, the school would combat this culture and enlighten not only the student, but also the family of that person. The reflection of this is the violence that portrays the explicit intolerance of those who think differently from their neighbors and cannot take a more inclusive stance. Lack of information is a contributing factor to intolerance. Getting correct information is important in this understanding. Some people fed by misconceptions act impulsively, guided by ignorance. They build prejudice by obfuscating the truth and, associated with this, there are the exclusivist and sectarian indoctrinations that have produced a time bomb in society. The demonization of those who think differently from me is a stimulus to intolerant behavior.

**Keywords:** Religious Education. Intolerance. Prejudice. Violence. Religion.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 EDUCAÇÃO E RELIGIÃO .....</b>	<b>21</b>
2.1 DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS .....	27
2.2 EDUCAÇÃO DENTRO DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC .....	31
2.3 O CURRÍCULO ESCOLAR E O PERIGO DAS HISTÓRIAS UNILATERAIS .....	38
<b>3 LIBERDADE, TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.....</b>	<b>43</b>
3.1 CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA .....	43
3.2 CONCEITO E LIMITES DA TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.....	47
3.3 LAICIDADE NO BRASIL.....	49
<b>4 ENSINO RELIGIOSO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>55</b>
4.1 ENSINO RELIGIOSO PARTE INTEGRANTE DA FORMAÇÃO BÁSICA .....	55
4.2 EDUCAÇÃO LIVRE DE PRECONCEITO .....	60
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>



# 1 INTRODUÇÃO

A violência é o reflexo da intolerância explícita de quem pensa diferente e não consegue ter uma postura mais inclusiva. A intolerância, seja ela religiosa, racial, política, ou de qualquer outra forma, será sempre uma realidade a ser superada no coletivo social. Aceitar o próximo e a próxima com as suas diferenças é o caminho a ser trilhado na construção de uma sociedade plena e livre da violência.

A falta de informação é um fator que contribui para a intolerância e obter informações corretas é importante nessa compreensão. Algumas pessoas alimentadas por conceitos equivocados agem impulsivamente, tendo como orientação a ignorância, elas constroem o preconceito ofuscando a verdade e, associado a isso, há as doutrinações exclusivistas e sectárias que têm produzido uma bomba relógio na sociedade. A demonização dos que pensam diferente de mim, e isso é um estímulo ao comportamento intolerante.

Esse comportamento intolerante durante muitos anos tem sido repassado nas famílias como algo normal e até mesmo como um “valor” familiar, quando, na verdade, essa doutrinação acaba sendo um desserviço para a sociedade. Não é que a escola vai interferir nas religiões e crenças individuais, mas na maneira como se enxerga as diferentes religiões, lapidando os comportamentos intolerantes.

O desconhecimento das leis e da própria Constituição Federal acerca da liberdade religiosa e dos direitos que cada cidadão e cidadã possui para o livre exercício de seus cultos religiosos, e ainda a proteção aos locais de culto e suas liturgias, é outro agravante a ser tratado, pois potencializa as práticas de intolerância religiosa. Dessa forma, o Ensino Religioso poderia adentrar as nuances legislativas trazendo o esclarecimento desses direitos que muitas vezes só beneficiam os grupos religiosos de maior expressão.

O analfabetismo jurídico e até mesmo religioso, abrem precedentes para a prática de desrespeito, vilipêndio e intolerância religiosa, conceitos que precisam ser esclarecidos e internalizados na formação escolar, onde desde o ensino fundamental até o superior nunca deveria parar de ser estudado e discutido.

No entanto, cabe salientar que o resultado de todo esse repasse de informações dependerá da qualidade desse ensino. Educadores e educadoras têm

um papel fundamental nesse processo de aprendizado e conhecimento, pois devem ter o domínio dos assuntos que norteiam e que estão atrelados ao tema religião e educação, além do domínio das leis que norteiam essas questões que garantem os direitos individuais de credo.

É preciso trabalhar as bases educacionais, desenvolvendo alunos e alunas com mentes críticas, porém respeitosas. E trazer uma nova forma de pensar a religião no âmbito escolar, sem fazer proselitismo e ainda, fazer com que o Ensino Religioso possa contribuir para a transformação de uma sociedade e para a construção de pessoas mais tolerantes.

A pesquisa traz consigo um posicionamento sobre a prática educacional não confessional dentro do componente Ensino Religioso, sendo imprescindível um esclarecimento sobre o preconceito religioso, destacando os principais grupos afetados por tal ação e a diversidade religiosa.

O assunto é fundamentalmente importante e faz-se necessária uma conscientização sobre essa diversidade e respeito que nos leve a democracia dando liberdade de escolha a todos com credo religioso ou não, estimulando a tolerância religiosa.

Ao esclarecermos conceitos e limites de tolerância e intolerância religiosa, buscamos analisar no Brasil a liberdade de culto e os impactos causados pela intolerância, além de refutar toda e qualquer forma de prática de preconceito religioso, violência, desrespeito e subjugamento da outra pessoa.

Sociedades democráticas reconhecem o direito à diferença das pessoas e grupos sociais. Nestas sociedades, os grupos religiosos são chamados ao reconhecimento e à convivência entre as diferentes denominações e para estes grupos, o diálogo inter-religioso surge como uma necessidade e um desafio.

O fenômeno religioso faz parte daquele conjunto de elementos que estiveram e estão sempre presentes na história do ser humano. Do ponto de vista antropológico não se pode conhecer verdadeiramente a pessoa humana sem que faça referência a sua dimensão religiosa, pois a religiosidade sempre esteve presente na história da humanidade.

A religião tem seu lugar garantido na sociedade e quando falamos de ambiente laico queremos destacar a garantia da livre expressão religiosa seja ela de

qual pertencimento religioso for. O estado laico também é um dispositivo de tolerância por estabelecer a liberdade e direitos a todos quanto aderem sua confissão de fé ou não. Ele traz elementos que vão parametrizar a forma de agir e ser da sociedade afim de delimitar até onde se pode ir sem adentrar na intimidade religiosa de cada indivíduo. Apesar de o estado ser declaradamente laico, seus cidadãos e suas cidadãs possuem diversas religiões e todas devem ser respeitadas em seus locais de atuação.

A laicidade do Estado é um fator favorável às muitas formas de expressões de crenças e de fé. Com isso há o que se pode chamar de trânsito religioso, que são as mudanças que ocorrem na opção religiosa de um indivíduo, uma espécie de migração, e isso ocorre quando uma pessoa decide trocar de religião, seja um católico que decidiu se tornar um protestante ou vice-versa, esse trânsito religioso é resultado da liberdade religiosa que goza nossa nação pelo estado laico.

A base para se ter uma sociedade moderna está exatamente na utilização da educação como vetor de mudança e transformação de seres sociáveis. Essa base deve ser construída de forma isenta e neutra, para que aquele indivíduo que tem a sua crença não abdique de sua fé, nem se sinta constrangido, e quem não professa nenhuma fé tenha o interesse em conhecer, e passe a respeitar e defender o direito dessas pessoas.

Este trabalho pretende mostrar a importância e a contribuição do Ensino Religioso para a conscientização das pessoas que nos leve a democracia, dando liberdade a todos com credo religioso, e também aos sem credo, o que se fará por meio do esclarecimento educacional realizado em sala de aula onde será possível aprender sobre as diversidades religiosas de forma imparcial.

O que nos leva a questionar se, e como o Ensino Religioso pode ser uma ferramenta didático-pedagógica que possibilite a formação do espírito de cidadania dos alunos, das alunas e dos professores e das professoras? E qual seria o caminho a se tomar na construção de uma sociedade tolerante? Como mudar esse contexto? De que forma é possível alcançar a sociedade de maneira a diminuir a intolerância religiosa? Como desenvolver o sentimento igualitário com olhar de aceitação e inclusão de outras formas de ser e existir? Qual a forma de se pensar a religião no âmbito escolar, sem fazer proselitismo?

São vários questionamentos que levam à pergunta central: como o Ensino Religioso pode atuar como instrumento de contribuição para a construção de uma sociedade de indivíduos tolerantes? Assim sendo, são abordados inicialmente conceitos de educação e religião, os diálogos inter-religiosos, como é associar esses conceitos para a construção de uma mentalidade tolerante. Destacando as contribuições e competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>1</sup> que possuem um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos e alunas devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

No capítulo seguinte são conceituados termos sobre a liberdade de credo, tolerância, intolerância religiosa, tratando alguns textos da Constituição Brasileira, dados de registros policiais de intolerância e até mesmo notícias que ganharam repercussão pela proporção da violência, tudo como forma de exemplificar as ações de pessoas que agem com pouca ou nenhuma tolerância em âmbito religioso.

A pesquisa é finalizada destacando o Ensino Religioso como ferramenta de transformação de indivíduos e da sociedade, a importância da sala de aula com profissionais livres de preconceitos e proselitismos, e a utilização correta dessa ferramenta chamada de Ensino Religioso.

---

<sup>1</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos e alunas devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

## 2 EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

A educação em sentido mais amplo significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte, segundo afirma o site “Significados”.<sup>2</sup> O conceito de educação vai incluir também a forma e nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido*,<sup>3</sup> orienta que o ser humano precisa se distanciar das coisas para fazê-las presentes. Esta verdade faz refletir acerca do que é produzido. Muitas vezes se está com a visão fechada, não se consegue alcançar o todo, se direciona a aula para alguém específico, para um grupo fechado, uma religião com a qual há identificação. Enquanto isso, nada é acrescentado na vida cultural e social do aluno e da aluna que nos ouve.

O aluno e a aluna precisam ser aguçados para se transformarem em multiplicadores de conhecimento, pessoas comunicadoras, porta-vozes da mudança e da tolerância. Nos dias de hoje, adolescentes estão apáticos e apáticas diante das intolerâncias religiosas. Há falta de protagonismo que acontece pela falta de conteúdo imparcial para tomar posicionamento diante da sociedade.

De acordo com o dicionário prático da língua portuguesa: “Comunicar é fazer saber, estabelecer comunicação entre, transmitir por contágio, propagar-se, ter passagem comum.”<sup>4</sup> Uma pessoa que se expressa bem, que defende seus objetivos e ideais, e que está sempre em busca de novos conhecimentos, consegue repassar as informações apreendidas em sala de aula com seus grupos sociais fora da escola, consegue multiplicar o conhecimento em seu ambiente familiar.

Já o professor e a professora, na visão de Paulo Freire, precisam estar preparados e conscientes do seu papel. A pessoa educadora é aquela que sabe, entrega, leva e transmite o seu saber aos educandos e às educandas. E, para educar, a contradição entra em cena, pois, para Freire, “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo

---

<sup>2</sup> EDUCAÇÃO. **Significados.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/?s=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 10 maio 2022.

<sup>3</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.dicio.com.br/comunicar/> acesso em 06 fev. 2022.

mundo.”<sup>5</sup> Podemos refletir então que a educação participativa depende da interação de todos os atores.

A fragmentação do discurso é um dos pontos fundamentais para as aplicabilidades das práticas educacionais. Permitir que adolescentes tenham acesso ao conhecimento e se apaixonem por ele, buscando cada vez mais informações para a sua formação cultural não é um papel fácil. É preciso desconstruir um discurso já massificado e disponibilizá-lo de forma que possam se sentir parte desta construção, atuante desta sociedade e deste movimento.

A prática educacional deve proporcionar um ambiente externo onde seja possível aplicar essas verdades ou teorias aprendidas. A forma que propomos, além da aplicabilidade em sala de aula, é também romper com as paredes das escolas, transpor os muros da instituição para que a sociedade e a família, e até mesmo as comunidades religiosas possam se aproximar dessa construção por meio de reuniões em casas, praças, teatros, cinemas, para debater ou conversar sobre as características, precursores, história, personagens, músicas, filmes e temas afins.

Para Schaun, a intensidade das informações veiculadas e compartilhadas permite a interatividade entre os indivíduos:

A intensificação da circularidade informacional gerada pelo processo veloz de globalização, imbricado nas novas tecnologias comunicacionais, engendra maior autonomia nos indivíduos, fazendo com que possam vir a participar de inúmeros grupos, criando afinidades, múltiplas e concomitantes, baseadas nas experiências interativas.<sup>6</sup>

Schaun menciona, ainda, sobre a forma que facilita o aprendizado no círculo de cultura que, a rigor não se ensina, mas aprende-se em reciprocidade de consciências. Ora, para se ter um posicionamento a respeito de algum tema, é necessário se ter conhecimento prévio do assunto, ainda que superficialmente. Schaun aborda a “[...] informação como um fator fundamental para a educação, orientada para a convivência, reflexão e crítica.”<sup>7</sup>

O que facilita o processo de aprendizagem é a participação da pessoa na construção e desconstrução da história. Freire fala desse contexto: “Aprender a

---

<sup>5</sup> FREIRE, 2005, p. 78.

<sup>6</sup> SCHAUN, Angela. **Educomunicação: reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 10.

<sup>7</sup> SCHAUN, 2002, p. 20.

escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história.”<sup>8</sup> Para Paulo Freire, o sentido de ensinar, de alfabetizar, de utilizar a educação é para que as pessoas possam ter liberdade, para produzir, questionar, solucionar e ter atitude, o que só é possível quando se tem conhecimento.

As pessoas acabam se acostumando com as situações impostas pela sociedade, se acomodam, vivem tristes ou insatisfeitas por falta de conhecimento. Há aqueles que possuem tal “poder”, têm coragem para mudar o rumo de suas vidas, mas nada fazem, têm argumentos para deixá-la mais agradável, não aceitam qualquer coisa, fazendo a “[.. recriação de um mundo que, ao mesmo tempo obstaculiza e provoca o esforço de superação libertadora da consciência humana.”<sup>9</sup>

Para Paulo Freire, os processos que transformam as pessoas são construídos por elas mesmas, que reúnem elementos e representam a história da sua evolução, onde é possível se identificar, fazer reflexões “na medida em que se apercebe como testemunha dessa história, sua consciência se faz reflexivamente mais responsável dessa história.”<sup>10</sup> A proposta é realmente essa, a de conscientizar adolescentes que estão cursando ensino fundamental a respeito da contribuição do Ensino Religioso para uma sociedade mais tolerante.

Um método utilizado por Freire mostra que o ensino vai muito além de repetir palavras:

O método de Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras do seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra.<sup>11</sup>

A Religião, segundo o dicionário Oxford<sup>12</sup>, é a crença na existência de um poder ou princípio superior, sobrenatural, do qual depende o destino do ser humano e ao qual se deve respeito e obediência. Portanto, de forma básica e simples, estamos falando de um conceito que existe há milhares de anos e que já perpassou diversas gerações, civilizações, grupos e tribos. E não podemos simplesmente ignorar ou diminuir sua importância na história da humanidade.

---

<sup>8</sup> FREIRE, 2005, p. 8.

<sup>9</sup> FREIRE, 2005, p. 9.

<sup>10</sup> FREIRE, 2005, p. 12.

<sup>11</sup> FREIRE, 2005, p. 12.

<sup>12</sup> RELIGIÃO. **Oxford**. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 06 fev. 2022

O termo *religare*, falado por Santo Agostinho, que visava a religação do ser humano com Deus, é uma proposta de voltar-se ao divino na intenção de sermos melhores. Aproximar-se do divino seria reverberar a imagem divina. Portanto, o *religare*, que seria esse ligar novamente, até o momento não aconteceu, pois a falta de diálogo, educação e compreensão têm feito do campo religioso de terreno minado.

Kronbauer e Soares mencionam a importância dessa relação da religião com a educação dentro e fora da escola, alcançando de forma maciça e eficaz a raiz do problema de intolerância, que muitas vezes vem enraizada no coração familiar.

Independentemente se em relação à espiritualidade ou a outros projetos escolares, torna-se essencial a existência de uma relação entre escola e família para que haja um reflexo sobre a sociedade num "processo de influências bidirecionais". Esse processo consiste num trabalho conjunto entre família e escola, mas um encontro real, não apenas aquele que acontece por ocasião da entrega dos resultados escolares. Um encontro de duas vias em que grupos menores se sentam na mesma roda para conversar.<sup>13</sup>

É certo que ao olharmos o ser humano como uma pessoa social precisamos compreender que o mesmo necessita de um sentido espiritual para a sua vida. Aqui se faz necessário mencionar a fé como um fator existente e inerente ao ser humano que acredita em algo. A fé é um fenômeno que move o ser humano, e nem sempre está ligada a religião, está para além da religiosidade e seus dogmas, doutrinas e devoção religiosa, ela é uma necessidade inerente ao ser humano pois tem a ver com as apostas que fazemos na vida.

Fowler<sup>14</sup> destaca o salto de fé, um salto sobre o nada, sobre o invisível diante do abismo sem qualquer recurso humano, a fé é o que nos move e nos mantém motivados a fazer as apostas do viver. Para Fowler, a fé ultrapassa a adesão a uma religião e emerge das relações entre pessoas desde os primeiros anos de vida. O sentimento religioso assenta-se na matriz relacional e a fé humana, é a base da fé religiosa. Para ele, a fé é como um integrante da personalidade e engloba a construção dos relacionamentos e dos propósitos e significados da vida.

---

<sup>13</sup> KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. **Educação e religião: múltiplos olhares sobre o Ensino Religioso**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015. p. 155.

<sup>14</sup> FOWLER, James W. **Estágios da fé**. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

Em sua obra, o autor afirma que a criança é dotada de capacidades inatas para a fé, que são ativadas, conforme ela é recebida no mundo e confiança por meio da experiência compartilhada de amor.

Para ele os estágios da fé são como um processo evolutivo, no qual ocorre uma mudança na expressão de fé de uma pessoa de acordo com cada ciclo da vida. O termo “estágios da fé” é visto como um movimento em espiral, no qual cada estágio possuiu uma força e uma base capaz de favorecer ou não a transição para um estágio mais amadurecido. As características de um estágio podem estar presentes em outro, independentemente da faixa etária.

Fowler enfatiza a existência de “estágios da fé”, destacando a forma gradativa em que a fé evolui, sendo assim, um elemento que está em constante transformação. E cabe a quem ensina, quem educa, promover esse alcance, pois ele inicia ainda na fase infantil, quando achamos que as crianças nada estão absorvendo, muito pelo contrário, nessa fase da vida há construção de bases sólidas para uma fé construtiva e eficaz na fase adulta, bases para a tolerância e respeito.

Dessa forma, salientamos a importância do Ensino Religioso nas escolas como um componente curricular pertinente e não optativo. De forma que o educando e a educanda passem a refletir no cuidado com as pessoas próximas, podendo ser capaz de mudar e alterar os resultados de ações negativas que têm sido realizadas ao longo dos anos em razão do individualismo e do ego.

Kronbauer e Soares alertam sobre esse vazio de sentido ocasionado pela falta de raízes culturais de crenças e religiões.

Nós brasileiros temos, com certeza, muito a aprender nesse sentido. Aprender, sobretudo, a valorizar as nossas culturas, as nossas crenças e religiões e mesmo as nossas descrenças e negações de religião. Sem raízes culturais fortes ou sem ter tido tempo ou condições propícias de cultura, a sociedade brasileira, em muitos contextos, está se movimentando em geral muito próxima da beira do precipício da banalização e do vazio de sentido.<sup>15</sup>

Essa compreensão precisa se estender às instituições de ensino básico. Nossas crianças e jovens precisam compreender que existe espaço pra ter religião, para mudar de religião e para não ter religião. Vencer o sectarismo, vencer a intolerância é um desafio da educação. “Esta, é a razão por que, diferentemente das

---

<sup>15</sup> KRONBAUER, 2013, p.148.

larvas, abandonadas pela vespa mãe, as crianças têm de ser educadas. Não existe cultura sem educação.”<sup>16</sup>

Não se pode deixar a criança entregue a própria sorte, se queremos uma sociedade melhor, com práticas humanas de respeito ao próximo, o lugar de se fazer isso é na educação escolar, o desafio do educador e educadora é: lapidar, formar e internalizar conceitos de amor, tolerância, empatia e sobre tudo, o respeito de uns para com os outros.

A intolerância de hoje é a continuidade do que existe há centenas de anos. Mudar essa estrutura é um desafio da educação e o nosso papel é adentrar aos porões habitados pelo pré-conceito, acender as luzes da consciência e formar uma humanidade mais humana, livre de toda espécie de intolerância.

É importante destacar que as salas de aula não são campos missionários, alunos e alunas não são massa de manobra, nem tão pouco são povos a serem colonizados. O objetivo maior é formar pessoas capazes de aceitar o outro com suas diferenças, e isso se faz através dessa poderosa ferramenta chamada educação.

O Ensino Religioso já foi proselitista, teve sua forma compulsória, controladora e exclusivista. O modelo catequético com grande aceitação foi o modelo confessional prevalente por centenas de anos. Posteriormente a este tivemos o modelo teológico inspirado no ecumenismo no período pós Segunda Guerra Mundial e o modelo das ciências da religião que tem como objetivo o fenômeno religioso e seu efeito social.

O modelo ciência da religião ainda é muito jovem no Brasil, mas oferece uma metodologia coerente e satisfatória no Ensino Religioso. A proposta não é apenas mergulhar nesse fenômeno e ter a compreensão desse vasto universo da religião, mas também ter uma proposta humanista e emancipadora na construção de seres humanos mais tolerantes, pensantes e abertos ao diálogo.

Esse Ensino Religioso não pode ser apenas transmissão de conteúdo, essa práxis deve tocar de forma existencial nossas crianças e jovens na certeza que a intolerância não será tolerada.

Segundo Brandenburg:

---

<sup>16</sup> ALVES, Rubem Azevedo. **O que é religião**. São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1984. p. 9.

Dentro de uma linha educativa mais integral, a dimensão religiosa aflora na escola, independente de previsão curricular, pois se apresenta como um elemento da cultura local e constitutivo da identidade individual. O desenvolvimento religioso é um dos elementos presentes na integridade do desenvolvimento humano seja por indução familiar, social e cultural ou quem sabe, até por características antropológicas.<sup>17</sup>

Diante dessas afirmativas se percebe que o Ensino Religioso adentra terrenos variados, complexos com realidades diversas, os contextos: familiar, social e cultural contribuem para essa construção. A religião tem significado diferente com valores distintos, no entanto o Ensino Religioso precisa atender essas expectativas tratando questões e fechando lacunas corrosivas como no caso da intolerância religiosa.

## 2.1 DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS

A religião para algumas pessoas pode ser interpretada como uma forma de dominação, ela sempre esteve presente na história da humanidade, às vezes como acessório, outras vezes como peça central, às vezes como coadjuvante e outras vezes como papel principal, sempre sofrendo questionamentos, críticas e ataques sob o olhar de quem a vê como uma necessidade social, pois a mesma seria um ponto de equilíbrio em relação a moralidade e o pensamento conservador.

Por outro lado, o progressista vê na religião um entrave ideológico, pois as pautas divergem em muitos pontos sendo irreconciliáveis, uma vez que confronta com os dogmas religiosos. O fenômeno religioso, seja ele coletivo ou individual, traz uma carga de significados que vão desde as transformações sociais até o efeito isolado em cada indivíduo. A religião sempre esteve ligada a vários setores da sociedade, seja a economia, a política, a educação ou a qualquer outro aspecto, sempre teremos um “pé” ou “dedo” da religião encrustado, embutido de forma explícita ou mesmo de forma discreta.

Durante muito tempo se discutiu, e ainda se discute o formato da religião nos dias atuais, se ela estaria ultrapassada, se não precisaria se modernizar ou se adaptar frente as diversas pautas sociais que estão em voga. O fato é que a religião sempre teve um lado incompleto, uma vertente um tanto desconexa com suas

---

<sup>17</sup> BRANDENBURG, Laude Erandi. A epistemologia do Ensino Religioso suas limitações e abrangências: a confluência da educação e da religião na escola. **Interações, Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14. 2013. p. 226.

pautas, pois à medida que prega a paz, promove guerras em nome da religião, enquanto fala de amor, promove o ódio entre as religiões que buscam ser umas melhores que as outras, propagam a intolerância em seus púlpitos e em suas reuniões, em vez de alcançarem seus verdadeiros alvos e objetivos.

Max Weber<sup>18</sup>, que trata sobre a expansão e o dinamismo do processo de secularização que marcaram fortemente as sociedades ocidentais, afirma que as religiões eram deslocadas para outro cenário, isto é, que de modo implacável, o avanço da modernização os conduzia a viver em sociedades nas quais as práticas religiosas tradicionais se diluiriam gradativamente.

Ao falar da importância histórica da religião, Weber faz uma relação direta entre modernidade-razionalidade-pensamento científico-reforma protestante (com a sua ética do trabalho árduo/hard work) e o desenvolvimento do capitalismo (de base calvinista), sistema primordial de produção de riqueza. Na perspectiva weberiana, a relação modernidade/secularização/desencantamento do mundo implica, fundamentalmente, duas mudanças principais na maneira de pensar (e explicar) o mundo: a dessacralização das atitudes humanas e a racionalização do pensamento, ou seja, o uso da lógica e não do simbólico religioso na explicação dos fatos sociais.<sup>19</sup>

Ao invés desse deslocamento falado por Weber, a religião se reinventou, como um fator social, como na perspectiva de Durkheim. A religião se dilui na política, na educação, na estrutura social como um todo, mostrando que segue um fluxo próprio e independente.

O diálogo inter-religioso é a ideia de que as diferentes religiões do mundo devem evitar a busca pela supremacia mundial, ao invés disso, devem dialogar e prestar o respeito mútuo, procurando evitar conflitos com motivação religiosa.

As instituições internacionais (governamentais e não governamentais) têm contribuído para expandir a tolerância no âmbito religioso. É um aspecto da "globalização", os comportamentos de comunidades religiosas diferentes contribuem para forjar relacionamentos positivos entre os povos do mundo. Essas práticas

---

<sup>18</sup> Como consequência da modernização e racionalização, Weber (2005) ressalta que há um intrínseco processo de desencantamento do mundo, em que a ciência anula a existência das forças misteriosas, tornando tudo inteligível e compreensível sem a intervenção do sagrado. A magia é substituída pelo conhecimento científico e por formas de organização racional e burocrática, contribuindo assim para o processo de intelectualização, inerente à modernidade. WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2005.

<sup>19</sup> RODRIGUES, Donizete. O Erro de Nietzsche e a (não) Morte de Deus: o (des)encantamento do mundo. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 36, p. 128-142, 2017. p. 131.

originam sistemas de pensamento e teorias que sustentam a ação de comunidades preocupadas em coexistirem harmoniosamente.

O diálogo inter-religioso é uma forma de tolerância, significa encontrar lugar para todos e permitir que todos tenham o direito de serem respeitados por sua fé. Esse processo representa uma evolução do comportamento religioso. A proposta de John Lennon, seria um mundo sem religião, como isso não é possível, o diálogo inter-religioso propõe um mundo com religião, mas livre de toda forma de intolerância.

Jostein Gaarder<sup>20</sup> considera a tolerância como “o respeito pela vida religiosa dos outros”. Considerar a experiência religiosa do próximo é saber que somos uma sociedade plural e o fenômeno religioso é algo palpável, está próximo de nós e se move pois não é estático.

As empresas geralmente possuem aqueles grupos que fazem seus devocionais antes de começar o expediente, isso acontece nas instituições de ensino superior, nas escolas e onde houver essa liberdade haverá movimento religioso, isso prova o caráter dinâmico e proativo.

Nos presídios os trabalhos de capelania atendem uma população carcerária<sup>21</sup> que ultrapassa os setecentos mil detentos. Essas realidades não podem ser negadas, se faz necessário falar sobre essas questões, debater, dialogar e entender o fenômeno religioso como um todo.

A história religiosa mostra em determinado contexto a dificuldade do diálogo, quando se tinha a afirmativa de que o dogma não se discutia, se cumpria. Sendo assim aqueles que se dispunham a questionar, geralmente eram mortos em fogueiras, apedrejamentos ou coisas do tipo. Esse modelo de viver religião estabelecia uma forma de domínio, uma hegemonia, um sistema intolerante e incapaz de dialogar.

---

<sup>20</sup> Jostein Gaarder é um escritor, professor de filosofia e intelectual norueguês. É autor de romances filosóficos, contos, e histórias infantis. Jostein costuma escrever seus livros e contos pela perspectiva das crianças, explorando sua maneira de ver o mundo.

<sup>21</sup> Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, considerando presos em estabelecimentos penais e presos detidos em outras carceragens, o Infopen 2019 aponta que o Brasil possui uma população prisional de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes.

A proposta é entender e compreender esse fenômeno a partir do ponto de vista do outro, entender o valor de cada religião para cada grupo específico, tendo o diálogo como caminho para se viver harmoniosamente.

Freire contribui: “Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.”<sup>22</sup>

Para ele o homem comum poderia exercer sua fé livremente sem a necessidade de pertencer a um grupo minoritário de líderes eclesiásticos. Apesar de o cristianismo ser predominante no Brasil, esse movimento religioso é bem fragmentado. O cristianismo se divide em: tradicionais, reformados, pentecostais, neopentecostais, católicos, históricos e congregacionais. Cada um desses segmentos possui uma doutrina específica o que faz com que as diferenças e divergências apareçam nessa miscelânea teológica.

Se percebe muito fácil que o cristianismo não é um bloco monolítico, as convergências ainda são um caminho desconhecido pelos doutrinadores sejam calvinistas ou arminianos, todos carregam em si a dificuldade de ver o cristianismo como um mesmo caminho a trilhar.

O desafio do diálogo Inter-religioso vai além da conversa com outras religiões. Ele pressupõe a ideia do diálogo dentro do próprio seguimento que muitas das vezes vivem uma moderna torre de babel, onde cada um fala seu próprio idioma não havendo entendimento entre si.

Para Durkheim<sup>23</sup>, não existe religião alguma que seja falsa, todas atendem as diferentes formas do anseio humano. Cada religião é legítima e possui significado específico para seus fiéis.

Porém, essa legitimidade não pode anular a capacidade de diálogo. Enquanto as religiões buscam em seu bojo converter, convencer, dominar e doutrinar para um projeto de domínio e expansão, esquecem que diante dessa pluralidade todos têm o direito de legitimidade confessional garantido por lei.

---

<sup>22</sup> FREIRE, 2005, p. 93.

<sup>23</sup> Émile Durkheim afirma que a religião é um subsistema cultural/social, um produto da sociedade; é uma força vital e unificadora, possuindo uma função conciliadora entre os conflitantes interesses existentes no interior da sociedade. DURKHEIM, 2002.

Procede-se como se a religião formasse uma espécie de entidade indivisível, quando ela é um todo formado de partes, em sistema mais ou menos complexos de mitos, de dogmas, de ritos, de cerimônias. Ora, um todo só pode ser definido por referência as partes que o formam<sup>24</sup>.

Durkheim (2002) se distancia de um racionalismo positivista, valorizando a importância da religião e suas implicações para a sociedade. Ao considerar a religião totêmica ou não, ele a compreende como o primeiro sistema de pensamento, sendo algo social e coletivo. Ao criar seus deuses, totens ou sistemas sagrados, as sociedades de cada época expressam suas mais puras necessidades, sejam elas sociais ou morais.

No artigo Durkheim e Weber: uma perspectiva introdutória acerca da religião, os autores trazem esses olhares que norteiam o diálogo inter-religioso.

Dessa forma, Durkheim realiza um exercício de compreensão sociológica das bases elementares da religião. Compreender o totemismo, na perspectiva do autor, enquanto a religião mais primitiva e simples, possibilita ao cientista social o contato e acesso a diferentes elementos constituintes da religião, tal como as noções de sagrado e profano, os ritos, rituais, entre outros.<sup>25</sup>

Eles reforçam a ideia de que o ser humano na sua forma mais primitiva necessita e realiza o seu contato com o sagrado e o profano, o que possibilita ao que pesquisa a visualização dessa realidade.

## 2.2 EDUCAÇÃO DENTRO DAS COMPETÊNCIAS DA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos e alunas devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

As competências gerais da BNCC são fundamentais para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e psíquico na formação do cidadão e da cidadã, e as dez competências perpassam todas as fases do ser humano que vai da infância até a fase adulta. Essas competências compõem os direitos de todo estudante de fazer uso delas para nortearem todo o seu processo de aprendizagem.

---

<sup>24</sup> DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totemico na Austrália. OEIRAS: Celta Editora, 2002. p. 39.

<sup>25</sup> CARDOSO, Kaique; RODRIGUES, Donizete. Durkheim e Weber: uma perspectiva introdutória acerca da religião. **Revista Relegens Theréskeia**, UFPR. Vol.8, Nº1. 2019. p. 6.

A primeira competência da BNCC, aponta para a valorização e utilização dos conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital. O conhecimento histórico desenvolve uma percepção mais refinada do mundo em que vivemos, para compreender os problemas sociais e seus conflitos.

Para compreender o mundo e suas nuances às vezes é necessário olhar para o passado, os fatos históricos explicam muito sobre nossa contemporaneidade, a compreensão histórica amplia a visão, são lentes que nos fazem perceber o mundo em que vivemos e suas complexidades.

Para o historiador Josefo, a história significa conhecimento.

A palavra história é de origem grega. Vem de *histor*. Aquele que sabe, que conhece, conhecedor da lei, juiz. Aprofundando-nos um pouco mais em sua etimologia, descobrimos que este vocábulo origina-se da raiz de um termo que significa conhecer”.<sup>26</sup>

O conhecimento histórico é um convite a continuarmos aprendendo, e esse aprendizado tem a ver com os erros e acertos de uma sociedade que caminha construindo seu legado, seja ele nas casas, escolas, templos ou mesmo em vias públicas.<sup>27</sup>

No fluxo desse conhecimento histórico, o aluno e a aluna têm a oportunidade de se moldar através do conhecimento, os erros e acertos de uma sociedade são diretrizes para a construção de uma sociedade melhor, portanto a missão do mestre é balizar o corpo discente ao acerto através do conhecimento histórico e assim fazer cidadãos mais tolerantes e inclusivos.

A aplicação da BNCC é o diferencial na construção social, podemos concordar com a afirmação de que os livros são melhores que armas, de que as escolas são mais importantes que presídios, e que a educação é libertadora como afirma Paulo Freire, portanto educar é escrever a história com a esperança de quem acredita que o Brasil pode mudar seu trajeto educacional rumo ao progresso.

Os desafios intelectuais, cognitivos, autônomos, o pensamento científico, crítico e criativo são sem dúvida o reflexo da emancipação do conhecimento. Pensar por si, analisar fatos, criticar e criar, são ações ligadas a autonomia de ser

---

<sup>26</sup> JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. 24ª Impressão. Rio de Janeiro: CPAD, 2014. p. 65.

<sup>27</sup> JOSEFO, 2014, p. 66: “[...] Ignorar o que aconteceu antes de termos nascido equivale a ser sempre criança”.

existencialmente, de pensar fora da “caixinha”. Freire afirma que essa realidade consiste no diálogo:

Como posso dialogar, se me alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? ...Como posso dialogar, se me sinto participante de um gueto de homens puros, donos da verdade e do saber, para quem todos os que estão fora são ‘essa gente’, ou são ‘nativos inferiores’?<sup>28</sup>

O pensamento científico está longe do achismo, o científico exige o acúmulo de conhecimento, a curiosidade, investigação, análise e reflexão. O contraditório faz parte da construção do resultado, a tese, a antítese e síntese, são o tripé na elaboração do pensamento científico. O estímulo do professor e da professora em motivar o aluno e a aluna a exercitar a curiosidade intelectual oferecendo-lhes condições para criar, criticar, analisar e executar suas ideias baseadas em seus pressupostos científicos são diretrizes eficiente na sua formação.

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.<sup>29</sup>

O desafio da terceira competência compreende a inclusão, a participação nas artes, vivemos um momento de desvalorização de qualquer expressão de arte, cultura, existe o discurso de que a arte é desnecessária e que não contribui em nada.

No entanto, entender a arte é também entender a vida que nos cerca, o aluno e a aluna não podem ser excluídos, cerceados ou impedidos de ter o conhecimento sobre o universo cultural que nos apresenta características e realidades de nossa diversidade. Através da arte é possível conhecer um pouco da pluralidade que nos cerca. Brandenburg, Saldanha e Reblin chamam a atenção para essa abrangência educacional existente nas diversas esferas:

A Educação abrange várias esferas. Ela diz respeito à família, aos valores e elementos culturais ali vividos. Diz respeito ao processo de escolarização e

---

<sup>28</sup> FREIRE, 2005, p. 93.

<sup>29</sup> BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf). Acesso em: 22 de ago. 2022. p.11.

atinge a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio das escolas de rede pública ou privada de todo o país. Abrange igualmente a educação em movimentos e projetos sociais e terceiro setor.<sup>30</sup>

O aluno e a aluna, ao compreenderem sobre a importância das datas comemorativas, as festas características de determinada religião, o significado cultural e sua importância para aquele grupo, poderão agir de forma consciente sobre o tratamento que dará aos que participam de determinada religião. Assim, o Ensino Religioso contribuirá para a formação de pessoas cidadãos mais tolerantes e compreensivas com a cultura e expressões de arte diferentes da sua.

O nosso desafio enquanto ser humano é saber que não estamos sós, que não vivemos sozinhos neste mundo e que para viver harmoniosamente é necessário ter respeito e tolerância.

A proposta da quarta competência está ligada à inclusão de quem possui formas diferentes de comunicação, seja por déficit de atenção, o que exigirá uma didática mais lúdica com dinâmica mais simplista. Pode-se mencionar, ainda, quem utiliza o braile, que é um sistema de escrita tátil para quem é cego ou tem baixa visão, a libras que contemplam os surdos e mudos através da Linguagem Brasileira de Sinais, sem contar com inúmeras formas de comunicação existentes que de alguma maneira produzem a inclusão de grupos até então segregados por uma sociedade hegemônica com grupos exclusivistas.

A comunicação que compreende o emissor e o receptor deve ser clara e objetiva, dever passar os limites e barreiras existentes entre mestre, aluna e aluno. O conhecimento é resultado de uma boa comunicação que ultrapassa barreiras verbais, visuais, corporais, digitais e outros.

O artigo 205 da Constituição Federal vai defender:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> REBLIN, Iuri Andréas, SALDANHA, Marcelo Ramos. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST. **Educação, fundamentalismos e emancipação**. São Leopoldo, RS: Faculdades EST, 2019. recurso online Disponível em: <[http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/biblioteca/livros-digitais/Educacao\\_fundamentalismos\\_e\\_EMANCIPACAO.pdf](http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/biblioteca/livros-digitais/Educacao_fundamentalismos_e_EMANCIPACAO.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2020. p. 10.

<sup>31</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 12 de out. 2019.

O conhecimento é um direito de todos e todas, o acesso as diferentes formas de saberes devem estar ao alcance de todas as pessoas, independente de suas condições. Portanto, a comunicação não pode ser elitizada, hegemônica, ela precisa perpassar os limites estabelecidos e modelados por grupos privilegiados que isolam quem necessita de uma forma de comunicação específica.

A linguagem artística, matemática e científica também fazem parte desse universo de comunicação, afinal, o mundo fala, a natureza, o universo e toda existência se comunica.

A utilização da tecnologia como instrumento de auxílio ao educador e à educadora é, sem dúvida inquestionável, facilitadora do trabalho em sala de aula. No entanto, em hipótese alguma a tecnologia poderá substituir o papel de quem ensina, pois educar envolve emoções, afeto, amizade, contato e outras formas humanas de se relacionar. O excesso de conteúdo advindo do mundo tecnológico não é suficiente para a educação de uma pessoa, a informação por si só é uma coisa, e a educação envolve características mais aprofundadas.

Educar não é só informar, é ensinar, formar, desenvolver, é saber que através do conteúdo que estou ensinando nascerão cidadãos e cidadãs mais humanos em meio a uma humanidade desumana. A tecnologia tem a capacidade de informar e não de educar. Para Freire, a educação baseia-se em uma via de mão dupla:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educado, também educa. Ambos, assim se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os argumentos de autoridade já não valem.<sup>32</sup>

Ou seja, é uma via de mão dupla onde quem ensina também aprende. A consciência crítica é importante nesse processo, pois provoca uma ruptura no senso comum, oferecendo um discurso mais amplo e plural sobre questões polêmicas, tabus e áreas diversas do conhecimento.

A BNCC fala da importância de valorizar a diversidade desses saberes e de utilizá-los como exercício da cidadania como projeto de vida.

---

<sup>32</sup> FREIRE, 2005, p. 79.

Valorizar<sup>33</sup> a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O desafio da sexta competência, também propõe o exercício da cidadania, nesse caso o professor e a professora podem ser bons instigadores ao aluno e à aluna no processo das escolhas profissionais, no exercício da cidadania e nas escolhas futuras, o mestre não pode decidir por seus alunos e alunas, no entanto pode apontar caminhos que os despertem.

Para Freire, a mudança começa na escolha do conteúdo programático:

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política... Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhe conteúdo que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios.<sup>34</sup>

A argumentação requer conteúdo, conhecimento e boa retórica, uma postura introspectiva limita o processo argumentativo refletindo insegurança. Argumentar também pode ser considerado uma arte, os sofistas eram mestres na arte da argumentação, do questionamento e retórica, eles faziam de seus discípulos verdadeiros questionadores frente a uma sociedade mítica que não possuía respostas científica, pois tudo era atribuído aos deuses.

Os sofistas<sup>35</sup> instigavam o pensamento crítico de seus alunos e alunas. Como afirmava Paulo Freire<sup>36</sup>, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Sendo assim, é necessário o contraditório, o senso crítico, a dialética, e isso deve ser apresentado a essa geração, não queremos um mundo de robôs, de zumbis ou alienados, queremos um mundo de pessoas pensantes que questionem com respeito e que tenham conteúdo para elaborar seus argumentos e que lutam por um mundo melhor.

---

<sup>33</sup> BRASIL, 2018, p. 11.

<sup>34</sup> FREIRE, 205, p. 100.

<sup>35</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997. p.37. Os sofistas ensinavam técnicas de persuasão para os jovens que aprendiam a defender a posição ou opinião A, depois a posição ou opinião contrária, não A, de modo que, numa assembleia, soubessem ter fortes argumentos a favor ou contra uma opinião e ganhassem a discussão.

<sup>36</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. p. 47.

O autoconhecimento é uma das recomendações socráticas mais clássicas que conhecemos: “conhece-te a ti mesmo”. Esse é o desafio epistemológico que nos cerca, conhecer a nós mesmos é conhecer nossa capacidade, limite, força e fraqueza. Quem educa precisa fazer a maior de todas as viagens, a interior, isso ajudará diante dos conflitos encontrados em sala de aula.

Esse autoconhecimento é também autocuidado, é cuidar de si, das emoções, do psicológico, da vida social, do relacionamento interpessoal e do intrapessoal pois desse equilíbrio dependerá a relação com os alunos e as alunas, com o corpo docente e com si mesmo. Uma relação saudável é resultado do autoconhecimento.

O mundo tem se tornado insensível, a banalização da vida humana é algo assustador, a violência, a intolerância e a falta de empatia têm marcado essa geração. Promover o diálogo frente às pessoas intolerantes não é fácil, no entanto, esse é o nosso grande desafio e o nosso instrumento é a educação.

Para Câmara, a alteridade deve ser uma preocupação para os que trabalham com educação:

A escola poderia ser um espaço receptivo à pluralidade, multiplicidade, ao lugar dos “indesejáveis ou refugos”, do respeito à alteridade. Assim, a escola não teria mais como lema o grito da modernidade ilustrada: liberdade, igualdade, fraternidade, mas de promoção da liberdade, da diferença e da solidariedade (com o estranho).<sup>37</sup>

A alteridade é um exercício diário que não somente alunos e alunas devem fazer, como os gestores e as gestoras, os professores e as professoras, as famílias, comunidades religiosas, representantes dos poderes públicos e demais envolvidos nesse processo de tolerância.

A última competência nos mostra o caminho dos deveres e princípios sustentáveis que nos garantirão não somente um mundo melhor, mas seres humanos melhores. Somos responsáveis pelo meio em que vivemos, a natureza e o meu próximo exigem responsabilidades e ações cidadãs. Temos leis que foram constituídas para estabelecerem o bom convívio entre todos e a conservação do meio ambiente. É importante que o planeta seja cuidado, pois o futuro das próximas gerações depende de como estamos cuidando hoje do lugar em que vivemos.

---

<sup>37</sup> CÂMARA, Ana Lúcia Ferreira. Os caminhos da alteridade. In: REBLIN, Iuri A. (Org.). **10 Teses sobre religião e educação**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017. p. 72.

A escola hoje deve somar na formação do caráter do aluno e aluna, mostrando a importância dos valores e princípios que regem um mundo equilibrado, onde o respeito e a dignidade caminham juntos. A consciência ambiental é algo que precisa caminhar junto com todas as evoluções tecnológicas e digitais.

### **2.3 O CURRÍCULO ESCOLAR E O PERIGO DAS HISTÓRIAS UNILATERAIS**

Pedagogicamente, a palavra currículo vem do latim “currere” e significa rota, caminho, ele é a pedra angular da educação, é uma organização de como o conhecimento escolar será desenvolvido e compartilhado. Dessa forma, ele se torna um instrumento da propagação do conhecimento e uma ferramenta mutável dependendo de onde esteja inserida ou por quem seja utilizada. Representa, então, a proposta de organização de uma trajetória de escolarização, envolvendo conteúdos estudados, atividades realizadas, competências desenvolvidas, com vistas ao desenvolvimento pleno do estudante.

Quando pesquisamos sobre esse termo, observamos que para a gestão de conhecimento no ambiente educacional o currículo escolar é o referencial. E na construção desse caminho é importante que exista uma indicação tanto de conteúdos quanto de formas de trabalho.

Por ser um objeto da educação, o currículo tem função social e visa estabelecer a relação professor, professora, aluno, aluna e instituição. Ele precisa contemplar a diversidade cultural, social, política, geográfica, religiosa, evidenciando as diversidades existentes e ao mesmo tempo possibilitando que os alunos e as alunas possam abrir suas mentes para o conhecimento do novo e do diferente, gerando uma sociedade mais justa, tolerante e respeitosa.

Os desafios encontrados pela educação na elaboração de currículos englobam diversos aspectos, pois a composição do currículo escolar deve compreender todos os lados da história e não apenas uma única versão contada na antiguidade.

É preciso que as pessoas responsáveis pela elaboração desse currículo tenham a sensibilidade e a flexibilidade de perceberem as mudanças sociais e históricas ocorridas ao longo dos anos para transmitirem os conhecimentos de forma leve, limpa de preconceitos e intolerâncias.

Em seu discurso na conferência TED<sup>38</sup>, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie<sup>39</sup> convida a uma reflexão extremamente importante, sobre o perigo de uma história única, que revela apenas um lado, ou que nos mostra de forma unilateral os fatos. Ela relata uma visita que fez a uma aldeia da família que trabalhava em sua casa, ela ficou surpresa ao ver um cesto que o irmão do garoto havia feito.

Nunca havia pensado que alguém em sua família pudesse realmente criar alguma coisa, tudo o que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres, assim havia se tornado impossível para mim vê-los como alguma coisa além de pobres. Sua pobreza era minha história única sobre eles.<sup>40</sup>

Isto nos leva a pensar quantos professores e professoras entram em sala de aula com seus conteúdos engessados, elaborados a partir de uma única visão, transmitidos de formas a impedir ou dificultar qualquer tipo de questionamentos, impondo a supremacia dos brancos sobre os negros, destilando e fomentando ainda mais as opressões raciais, sociais e até mesmo culturais dentro das sociedades.

Militâncias existentes ultrapassam as barreiras pessoais e adentram as salas de aula e, em vez de ensinar, passam a doutrinar, e quem recebe as informações não tem condição de se posicionar de forma diferente pois recebeu conteúdo de apenas um lado da história. A escritora Adichie faz importante observação diante de uma história ou situação: que “nós somos impressionáveis e vulneráveis face a uma história, principalmente quando somos crianças.”<sup>41</sup>

Quantas vezes um aluno ou aluna chega em sala de aula sem perspectiva alguma de evolução e o professor ou a professora de igual modo sem metas de

---

<sup>38</sup> TED é uma organização sem fins lucrativos dedicada a divulgar ideias, geralmente na forma de palestras curtas e poderosas (18 minutos ou menos). O TED começou em 1984 como uma conferência em que Tecnologia, Entretenimento e Design convergiam, e hoje cobre quase todos os tópicos - de ciência a negócios e questões globais - em mais de 100 idiomas. Enquanto isso, eventos TEDx administrados de forma independente ajudam a compartilhar ideias em comunidades ao redor do mundo.

<sup>39</sup> Adichie divide seu tempo entre a Nigéria, onde ensina em oficinas de escrita, e os Estados Unidos. Ela foi a primeira mulher a ser Chefe da Administração da Universidade da Nigéria. Em 2016, foi conferido a ela uma certificação com honras, como Doutora em Humanidades, pela Universidade de Johns Hopkins.

<sup>40</sup> SADA, Juliana. **Eu e o Outro**: o perigo da história única. 7 de agosto de 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/eu-outro-perigo-da-historia-unica/>. Acesso em: 16 maio 2022.

<sup>41</sup> Discurso realizado na Conferência TED em julho de 2009 e já teve mais de 30 milhões de visualizações e inspirou diversos escritores e educadores na mudança de mentalidade acerca da unilateralidade dos fatos.

evolução para seus alunos e suas alunas. E assim o tempo passa e a sociedade perdendo tempo para transformar suas gerações através do conhecimento.

Existe tanto a se aprender e a compartilhar, e a educação tem caminhado por um único caminho há tanto tempo que já não se enxergam outros horizontes, novas possibilidades. Como Adichie destaca, existe o outro lado das histórias, e os educadores precisam incentivar seus alunos e alunas.

O principal objetivo dos currículos escolares é a construção do conhecimento de acordo com os saberes históricos e os conhecimentos relacionados à vivência do discente em parâmetro com a realidade regional.

O currículo está sempre em construção adaptando-se as mudanças da humanidade ou pelo menos deveria estar. Por isso, deve ser primordial durante a sua construção que acontece de fato na instituição educacional, o diálogo com profissionais e equipes reconhecendo que têm crenças, valores, vivências e posicionamentos próprios construídos ao longo de suas histórias de vida e de suas trajetórias profissionais. Uma das preocupações do ministério da educação:

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.<sup>42</sup>

Freire destaca que a ação e a reflexão são elementos constitutivos para o aprendizado. “Sendo assim a palavra verdadeira surge quando na intenção da ação e reflexão, há transformação do mundo.”<sup>43</sup>

O currículo escolar é o grande norteador de todo o processo educacional de uma escola. Ele deve ser organizado com o objetivo de orientar as ações dos professores e professoras e os diferentes níveis de ensino. Um bom currículo escolar deve considerar os valores que orientam a prática pedagógica, as necessidades e condições dos estudantes, o cotidiano escolar e a participação desses estudantes nessa construção.

Silva<sup>44</sup> destaca essa visão da pedagogia dialógica defendida por Paulo Freire, em que o diálogo e a participação no processo desenvolve uma liberdade e

---

<sup>42</sup> BRASIL, 2018, p. 15.

<sup>43</sup> FREIRE, 1975, p.111.

autonomia nos participantes. As diversas transformações da sociedade acontecem nas escolas com as novas metodologias de ensino sendo utilizadas por meio das inovações tecnológicas que acabam enriquecendo as aulas e tornando o ensino mais produtivo.

Na concepção de Paulo Freire<sup>45</sup>, os seres humanos são seres inacabados, pois enquanto vivem estão em constante processo de criação e recriação do mundo e seus prismas. Cada profissional deve carregar em si uma bagagem de conhecimentos e ao mesmo tempo ter um medidor para perceber a contribuição que o aluno, e a aluna podem oferecer e não somente cumprir a tabela de entrega de conteúdos programada no início de um ano letivo.

Martin Heidegger<sup>46</sup> afirma que o ser humano é um ser que busca aquilo que não é ou que não alcançou ainda. E na mesma direção o professor e filósofo Mário Cortella<sup>47</sup> destaca esse status do ser humano. Todas essas obras reforçam o pensamento de que o aluno e a aluna estão em condições de aprender a tolerar e a respeitar crenças e credos diferentes, desde que recebam informações para transformar e libertar sua mente.

---

<sup>44</sup> SILVA, Noêmia dos Santos. **Amor e revelação na pedagogia dialógica**: Diálogo entre Paulo Freire e Juan Luis Segundo. São Bernardo do Campo, 2009. “Paulo Freire, durante sua trajetória como educador, defendeu a tese de que a educação deve libertar as pessoas de situações que as oprimam, nesse sentido ele acreditava em uma pedagogia em que o diálogo era um fator essencial no desenvolvimento da aprendizagem.” (SILVA, 2009. p.11).

<sup>45</sup> “Observa-se por aí que o homem vai dinamizando seu mundo a partir destas relações com ele e nele; vai criando, recriando; decidindo. Acrescenta algo ao mundo do qual ele mesmo é criador. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura”. (FREIRE, 1979, p. 36).

<sup>46</sup> HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. Heidegger foi filósofo, escritor, professor universitário e reitor alemão. Foi um pensador seminal na tradição continental e hermenêutica filosófica, e é amplamente reconhecido como um dos filósofos mais originais e importantes do século XX.

<sup>47</sup> CORTELLA, Mario Sérgio. **Não nascemos prontos, provocações filosóficas**. 19 eo. São Paulo. Editora Vozes Nobilis, 2015. Mario Sergio Cortella é um filósofo, escritor, educador, palestrante e professor universitário brasileiro, e autor de vários livros.



## 3 LIBERDADE, TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

### 3.1 CONCEITO DE LIBERDADE RELIGIOSA

Iniciaremos conceituando o termo liberdade que é o direito de agir segundo seu livre arbítrio, de acordo com a própria vontade, desde que não prejudique outra pessoa, é a sensação de estar livre e não depender de ninguém.

A liberdade é classificada pela filosofia<sup>48</sup> como a independência do ser humano, o poder de ser autônomo e espontâneo, ter o direito de escolha seja na esfera profissional, pessoal e religiosa.

A religião e a sociedade estão intimamente ligadas, seja no conceito, na prática ou na ideologia. Não é possível analisar e propor mudanças sem observar essa verdade. Segundo Costa, “fazer sociologia de uma sociedade implica, mais tarde ou mais cedo, fazer sociologia da religião”.<sup>49</sup> Em seu artigo “A religião nos limites do artigo 5º da Constituição Federal de 1988”, Souza<sup>50</sup> afirma que a religião e a sociedade se encontram imbricadas e por essa razão é impossível de serem separadas.

O conceito de liberdade religiosa é bem amplo, pois compreende outras liberdades: a de crença, de culto, de organização religiosa e até mesmo de expressão. Abrange a liberdade de escolha da religião, de mudar de religião, de não aderir a religião alguma e a liberdade de ser ateu ou ateia. Cada pessoa tem a possibilidade de fazer as suas escolhas de acordo com o seu julgamento e leitura de mundo que tenha, não sendo obrigada a ser ou deixar de ser uma pessoa praticante de alguma religião.

---

<sup>48</sup> “Aristóteles diz que é livre aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir. A liberdade é concebida como o poder pleno e incondicional da vontade para determinar a si mesmo. Trata-se da espontaneidade plena do agente.” CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2007. p. 197.

<sup>49</sup> COSTA, 2009, p. 59.

<sup>50</sup> “O método advindo da sociologia para o estudo da religião, preconiza a mesma como uma organização social, analisando sua cultura, língua e valores. Não existe uma concepção sociológica unívoca no estudo das religiões, os clássicos da sociologia Marx, Durkheim e Weber, ainda que convergentes em seu ponto de partida, tinham concepções diferentes pelo papel desempenhado pela religião para o indivíduo e para a sociedade”. SOUZA, Fanuel Santos de. **A religião nos limites do artigo 5º da Constituição Federal de 1988**. Manaus: Ulbra, 2019. p. 13.

A liberdade religiosa tem suas contradições, mesmo com o amparo legal na Constituição Brasileira, em seu artigo 5º e inciso VI, que estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo-os na forma da lei, além da proteção aos locais de culto e suas liturgias. Apesar da letra da lei ser bem específica ainda vemos esses direitos sendo violados.

São muitas as normatizações que garantem o direito à liberdade de consciência, de crença e de religião. Estabelecendo, inclusive, penalidades para aqueles que vilipendiarem tais direitos. Na prática, porém, a intolerância religiosa, que deve ser considerada racismo religioso, ainda está bastante presente na vida dos brasileiros, assim como a impunidade para os agressores.<sup>51</sup>

Nos últimos anos vimos diversos movimentos que se utilizam de objetos sagrados para manifestarem suas insatisfações ideológicas ou realizarem desconstruções sociais no âmbito religioso. No entanto, acabam vilipendiando objetos que na teoria deveriam ser respeitados por todos, sejam os seus devotos ou não, na forma da lei.

Sites de notícias como a Folha de São Paulo, RCN 67 e Cada Minuto<sup>52</sup> divulgaram, em 2017, a apresentação de um artista completamente despido que cobriu a genitália com a imagem de Nossa Senhora Aparecida e em seguida destruiu o objeto sagrado em um ralador.

Já em 2015, os sites Exame e Uol<sup>53</sup> noticiaram as fantasias e interpretações realizadas durante a marcha gay de 2015. O Cristo é crucificado e representado por transexuais, gays e ainda dito como homossexual, situações que ultrapassam os limites constitucionais da liberdade de expressão em seu artigo 5º.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> HUMANOS, Ministério dos Direitos (MDH). **Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa no Brasil**: Pesquisas, reflexões e debates. São Paulo: Secretaria Nacional de Cidadania, 2018. p. 142.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.rcn67.com.br/cultura/m/paranaiba/artista-tapa-genitalias-com-imagem-de-nossa-senhora-e-depois-destrui/103071/#:~:text=Um%20homem%20nu%20usou%20a,de%20como%20fazer%20um%20santo%E2%80%9D>.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/exilado-apos-ameacas-de-religiosos-brasileiro-expoe-em-nova-york.shtml>

<sup>53</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/crucificada-em-2015-modelo-leva-biblia-para-parada-gay/>  
Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/06/07/parada-gay-de-sp-2015.htm?foto=6632ca565d37ca1e698857646983ee420150607>

<sup>54</sup> A Constituição Federal, no artigo 5º, VI, estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

Ações como essas, que são amplamente divulgadas e ficam sem nenhuma penalidade, deixam desacreditados todas aquelas pessoas que passam por alguma situação constrangedora envolvendo a sua crença.

Segundo dados do disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos, há em média uma denúncia de intolerância religiosa a cada quinze horas no Brasil. Esses números poderiam ser maiores, caso todos os fatos fossem denunciados. No entanto, muitas pessoas ignoram ou preferem não levar adiante as ofensas e discriminações religiosas que sofrem, até mesmo por acharem que não vai dar em nada ou que será apenas um estresse desnecessário.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos<sup>55</sup> por meio de seu site oficial, divulgou em junho de 2019 o balanço referente às denúncias de discriminação religiosa e apontou 506 casos registrados no Disque 100 (Disque Direitos Humanos) durante o ano 2018. Entre os segmentos mais atingidos estão umbanda (72), candomblé (47), testemunhas de Jeová (31), matrizes africanas (28) e alguns segmentos evangélicos (23).

Como é possível observar pelos números, as religiões mais atacadas foram as de matrizes africanas (umbanda e candomblé), em segundo lugar os evangélicos e ainda outros segmentos como os espíritas.

As ações de intolerância ocorrem das formas mais variadas. Elas acontecem de forma oral, outras vezes se caracterizam de forma física, outras tantas por meios eletrônicos e digitais, em redes sociais onde as pessoas pensam que são anônimas e acreditam que o fato de usar um nome falso lhes permite atacar a quem quiser sem ser encontrado ou punido.

Somos o país mais miscigenado do mundo, somos uma terra de misturas, multicultural o que nos torna únicos e com uma enorme riqueza de diversidade. Dentre essa pluralidade está a expressão religiosa que representa mais de 80% da população brasileira segundo o IBGE, os evangélicos.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Site do Ministério dos Direitos Humanos. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/balanco-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa>: Acesso em: 21 de abr. 2022

<sup>56</sup> Site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 21 de abr. 2022

O Datafolha, em uma publicação no portal G1 janeiro de 2020<sup>57</sup>, reafirma essa condição religiosa brasileira. Entrevistou 2.948 pessoas em 176 município de todo o país, onde a margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Segundo a pesquisa, a religião predominante em solo brasileiro é o cristianismo com mais de 80%, os católicos somam 50%, evangélicos são 31%, não têm religião correspondem a 10%, espíritas a 3%, umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras 2%, outras religiões 2%, ateu 1% e judaica 0,3%.

O pluralismo religioso é uma condição observada em sociedades nas quais não ocorre a hegemonia de uma única religião ou a hegemonia religiosa tende a desaparecer. Pode ser considerado uma consequência da democratização das sociedades que considera todos os sujeitos religiosos como legítimos.

A pluralidade religiosa é sem dúvida um aspecto característico do Brasil. Na Bahia, religiões afrodescendentes<sup>58</sup> se cruzam com igrejas históricas, tradicionais e outras formas de crença que sem limites e respeito mútuo acabam chegando às vias do ato da intolerância religiosa.

Brandenburg, Saldanha e Reblin, organizadores do Congresso Internacional da EST, sob o título “Educação, fundamentalismos e emancipação”, destacam na apresentação as violências e violações que acontecem no cotidiano e nos diversos cenários.

No cenário político, temos testemunhado inúmeras violências e violações. Logo, pensar sobre direito traz o enfoque nos direitos humanos, nas lutas sociais, no clamor por justiça, na percepção das desigualdades, na desconstrução de lógicas de exploração e opressão. No amplo contexto dos direitos humanos, precisamos nominar as lutas contra o sexismo, o racismo,

---

<sup>57</sup> 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 05 fev. 2022.

<sup>58</sup> O artigo “Intolerância contra afro-religiosos: conhecendo o candomblé dentro da sala de aula, dos autores Victor Antônio Bispo de Araújo e Augusto Cesar Acioly, destaca ainda a perseguição dos veículos de comunicação às religiões de matrizes africanas. “Um dos maiores veículos de comunicação e propagação de incentivo as buscas pelos terreiros de candomblé e perseguição aos adeptos dessa religião durante a segunda década do século vinte e posteriormente, foram os jornais “A Tarde” e “Diário de Notícias” na Bahia. ACIOLY, Augusto Cesar, ARAÚJO, Victor Antônio Bispo. Intolerância contra afro-religiosos: Conhecendo o candomblé dentro da sala de aula. V. 17, n. 1, 2016. **XVII Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/viewFile/3362/2695>. Acesso em: 24 de abr. de 2022. p. 574.

a homofobia, a exploração ambiental e outras formas de degradação do mundo.<sup>59</sup>

O que muitas vezes ocorre é a sobreposição de uma religião sobre a outra, uma que se diz ser melhor e menospreza a existência da outra, fazendo com que os adeptos sofram em meio a sociedade preconceitos e julgamentos e propagando entre seus membros a intolerância.

### 3.2 CONCEITO E LIMITES DA TOLERÂNCIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Tolerância é um termo que vem do latim *tolerantia* e significa ato ou efeito de tolerar, pequenas diferenças para mais ou para menos, respeito ao direito que as pessoas têm de agir, pensar e sentir de modo diverso do nosso.<sup>60</sup>

A Declaração de Princípios sobre Tolerância<sup>61</sup> foi adotada em 16 de novembro de 1995 pelos Estados-membros da Unesco. Desde esse período, a data vem sendo comemorada mundialmente como o dia da tolerância. As celebrações do dia incentivam o respeito às culturas, crenças, tradições dos outros e a compreender os riscos da intolerância.

A ONU destaca a tolerância, os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais e afirma que as pessoas são naturalmente diversas e que somente a tolerância pode garantir a sobrevivência de comunidades mistas em todas as regiões do globo. A Declaração menciona a tolerância não apenas como um dever moral, mas também como um requisito político e legal para indivíduos, grupos e Estados.<sup>62</sup>

Para Audrey Azoulay, “a tolerância é mais do que ter um posicionamento inativo ou permanecer insensível às diferenças entre homens e mulheres, culturas e

---

<sup>59</sup> REBLIN, SALDANHA, 2019, p. 12.

<sup>60</sup> DICIONÁRIO AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. Curitiba: Positivo, 2010. p.743

<sup>61</sup> Ela afirma que tolerância não é indulgência nem indiferença e sugere o respeito e a apreciação da rica variedade das culturas do mundo e formas de expressão. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1694671>. Acesso em 05 fev. 2022.

<sup>62</sup> A ONU reitera que está comprometida com o fortalecimento da tolerância, promovendo o entendimento entre culturas e povos. Essa é uma promessa que consta da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1694671>. Acesso em 05 fev. 2022.

crenças.”<sup>63</sup> Para ela, essa atitude é um estado de mente, uma consciência e uma exigência.

A intolerância religiosa é a discriminação contra pessoas e grupos que têm diferentes crenças ou religiões, ela se manifesta na forma de agressão, hostilidade e ódio. Mesmo o Brasil possuindo normas jurídicas que visam punir a intolerância religiosa, ainda assim muitos sofrem por não poderem professar a sua fé publicamente sem que sofram algum tipo de discriminação, envergonhamento ou atitudes do tipo.

O termo intolerância religiosa vai descrever a atitude mental caracterizada pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar diferenças ou crenças religiosas de terceiros, ou seja, se é algo relacionado a atitude mental, intelectual, se tem a ver com uma falta de habilidade, podemos compreender que é uma postura que pode ser mudada, desde que se tenha um ensinamento público comprometido com a causa.

No Brasil, a lei nº 7716 de 5 de janeiro de 1989<sup>64</sup>, alterada pela Lei de nº 9459 de 15 de maio de 1997, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra as religiões. A intolerância religiosa é um crime de ódio, esse tipo de crime é classificado como: inafiançável e imprescritível, a pena para os culpados varia entre 1 a 3 anos de prisão mais o pagamento de multa.

Para Silva, o agressor tem uma visão menosprezada do outro:

O agressor ou intolerante vê o outro como alguém que tem uma inferioridade. Essa inferioridade pode se caracterizar como econômica, religiosa, intelectual ou até mesmo corporal. O outro é visto com desprezo e desconfiança. Gente de segunda classe. Gente que não tem nada a acrescentar. Gente que precisa aprender. Gente suja e impura.<sup>65</sup>

No Brasil, o dia nacional de combate a intolerância religiosa<sup>66</sup> é celebrado anualmente no dia 21 de janeiro, de acordo com a lei nº11.635/07. Apesar dos

---

<sup>63</sup> Audrey Azoulay, diretora-geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Unesco.

<sup>64</sup> Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

<sup>65</sup> SILVA, 2017, p. 59.

<sup>66</sup> O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, celebrado em 21 de janeiro, foi instituído no ano de 2007 pela Lei nº 11.635 em homenagem à Mãe Gilda, Iyalorixá que foi vítima de intolerância religiosa no fim de 1999.

esforços e empenho para evitar esse tipo de violência, infelizmente esse tipo de crime ainda é muito comum no Brasil.

A luta para conscientizar a um processo de inclusão e respeito requer um esforço monumental na direção da tolerância e essa data é um apontamento de conscientização contra a intolerância.

O Brasil tem o preconceito enraizado na sua história é uma realidade patente aos olhos de todos. Tornar lei um dia que representa o combate a essa atitude preconceituosa é sem dúvida um grande passo contra atitudes intolerantes.

### **3.3 LAICIDADE NO BRASIL**

Segundo a Constituição Federal Brasileira<sup>67</sup>, o Brasil é um país laico, ou seja, não possui uma religião oficial. A laicidade do Estado é ferida quando não se compreende nem se aceita a religião de outrem. Isso não quer dizer que o país protege uma religião em detrimento de outra, pelo contrário, o Estado deve assegurar a prática de todas as religiões e inibir os casos que possam ferir a liberdade ou os direitos individuais e coletivos de seus cidadãos.

Dessa forma podemos dizer que o Brasil é um país laico<sup>68</sup>, ou seja, que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa. Está relacionado à vida secular (mundana) e com atitudes profanas que não conjugam com a vida religiosa. Originalmente a palavra laico servia para descrever cristãos devotos, mas que não faziam parte do clero.

A laicidade sofreu uma expansão com a Revolução Francesa e teve como consequência a separação entre a Igreja e o Estado. Por esse motivo, a laicidade é centrada na cultura e no ensino. A laicidade pode gerar a irreligiosidade ou anti-religiosidade, que muitas vezes culminam em manifestações contra algumas religiões, como o catolicismo, por exemplo.

O Livro “Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa no Brasil: Pesquisas, reflexões e debates do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) descreve

---

<sup>67</sup> A Constituição de 1891 consolidou a separação entre a Igreja e o Estado. O § 2º de seu art. 11 proclamava que “é vedado aos Estados, como à União, estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”.

<sup>68</sup> De acordo com o dicionário Houaiss, o termo laico tem sua origem etimológica no grego laikós que significa “do povo”.

nas palavras de Celso Lafer um detalhe que faz toda a diferença ao pensarmos na laicidade do Estado:

O direito passa a ser a moldura da laicidade. O Estado é neutro em matéria de crenças religiosas. Há no entanto, um ponto importante que cabe mencionar: a laicidade diz respeito ao Estado e não à sociedade civil. A sociedade civil não é laica no sentido que tem o direito de manifestar as suas crenças e não está submetida a regras religiosas que a elas são estranhas.<sup>69</sup>

As definições dos dicionários Aurélio e Infopedia<sup>70</sup>, por exemplo, classificam o laicismo como um sinônimo de laicidade, pois ambas as expressões se referem a alguma coisa que é laica. Apesar disso, alguns estudiosos defendem que os dois termos são distintos, sendo que o laicismo se refere ao conceito de ausência de interferência de uma ordem religiosa em matérias do Governo e a laicidade diz respeito ao sistema político em si, que determina que o Estado é laico ou secular. “Existe, portanto, entre Igreja e Estado, entre religião e política, uma separação lícita e necessária - a laicidade - e uma separação indiferentista e insustentável: o laicismo”.<sup>71</sup>

Para uma sociedade democrática uma lei não representa necessariamente uma verdade absoluta. “A liberdade de consciência e crença é assegurada ao mesmo tempo em que o Estado não pode assumir identidade religiosa, ou ter alguma relação que não seja de interesse público”.<sup>72</sup>

Podemos perceber então que a laicidade de um Estado não significa que ele é contra a religião, significa que as decisões administrativas do país são tomadas pela classe política e não pela classe religiosa. Aliás, uma das tarefas do Estado Laico é garantir que exista liberdade religiosa, e que não existam religiões com mais regalias e benefícios legais que outras.

De igual forma, a laicidade de um país concede o direito ao cidadão de ter ou não uma fé religiosa, sendo que essa escolha não pode ser motivo de

---

<sup>69</sup> MDH, 2018, p. 11.

<sup>70</sup> DICIONÁRIO INFOPEDIA. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Laicidade>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.  
DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/laicismo/>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

<sup>71</sup> CIFUENTES, Rafael Llano. **Relações entre a Igreja e o Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

<sup>72</sup> REBLIN, Iuri Andréas. **10 Teses Sobre Religião e Educação**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017. p. 66.

discriminação. A Constituição de 1988<sup>73</sup> engloba o significado mais abrangente ao laicismo. Conforme Domingos, a laicidade é a separação da política do administrativo:

O princípio da laicidade é, ao mesmo tempo, o de afastamento da religião do domínio político e administrativo do Estado, e do respeito ao direito de cada cidadão de ter ou não ter uma convicção religiosa e de professá-la. A laicidade inclui não apenas o direito de escolher uma religião, mas também o direito de não ter religião. É o direito ao livre exercício do julgamento em relação ao domínio espiritual.<sup>74</sup>

Era necessário garantir o direito à liberdade religiosa, tornando a normatização da fé ou crença praticamente uma obrigação. Por este motivo, além da garantia constitucional, outras leis se fizeram necessárias para que tal direito pudesse ser gozado de maneira ampla e irrestrita na forma da lei, evitando qualquer tipo de intolerância, imposição e discriminação religiosa.

Em seu artigo 19, a Carta Magna, conhecida como Constituição Federal de 1988, vai trazer a organização do Estado e neste capítulo serão elencados três incisos que ressaltarão a laicidade do país, destacando a proibição da União, Estados e Municípios de manifestarem qualquer preferência religiosa. Temos então uma separação entre Estado e religião.

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; II – recusar fé aos documentos públicos; III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.<sup>75</sup>

Logo, temos um país que defende o respeito e as práticas de todas as religiões não sendo um Estado ateu. Um exemplo expresso disso é o artigo 5º da Constituição que abre o capítulo que trata sobre os direitos e deveres individuais e coletivos. Nele veremos a questão da igualdade religiosa sendo tratada de forma explícita quando se fala em assistência religiosa nas entidades civis e militares de interseção coletiva, sobre o cumprimento da lei independente da crença religiosa.

---

<sup>73</sup> A Constituição de 1988, artigo 5º, VI, estipula ser inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

<sup>74</sup> DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. **Laicidade**: o direito à liberdade. Belo Horizonte: Horizonte, 2010. p. 67.

<sup>75</sup> BRASIL, 1988.

Mas é no inciso sexto da Constituição Federal que constará de forma mais robusta a liberdade religiosa e de culto proporcionada e assegurada aos brasileiros: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.”<sup>76</sup>

No entanto, vale salientar que a laicidade vai impor alguns limites às práticas religiosas, a partir do momento que o exercício de determinada religião implicar em crime. Por exemplo, o cidadão ou a cidadã não estará livre de pena ou punição alegando ter agido em prol de sua fé ou convicção religiosa.

Os atos violentos que incentivam ao ódio de grupos extremistas e que, portanto, não representam ou não refletem o comportamento da maioria das pessoas que seguem aquela religião não são tolerados e nem permitidos pelas legislações brasileiras.

O Brasil é um país multicultural, rico em credences e doutrinas religiosas que enriquecem a sociedade brasileira. No Brasil, a liberdade religiosa se origina na construção jurídica da primeira República e constituição de 1891, que foi bastante inspirada na constituição norte-americana, como explica Celso Lafer.

A separação da Igreja e do Estado, a liberdade de cultos, a secularização dos cemitérios, do casamento civil, do registro civil para o nascimento e falecimento das pessoas que foi introduzida pela Constituição de 1891 seguiu a matriz americana de República. A Constituição bebeu da experiência americana, ou seja, neutralidade entre as religiões, expressão da incompetência nessa matéria do Estado, e respeito às várias denominações religiosas.<sup>77</sup>

Se compararmos a liberdade de culto e de expressão religiosa no Brasil com outros países no mundo iremos perceber que em nosso país as religiões tendem a reagir melhor às críticas e ataques. As pessoas cristãs, por exemplo, conseguem assimilar com mais tranquilidade as críticas que os muçumanos que, por terem uma linha mais conservadora, tratam tanto as críticas como o descumprimento de alguma regra do alcorão com intransigência.

Mesmo assim, os cultos sejam protestantes ou de matriz africana têm sido cada dia mais perseguidos por conta das intolerâncias oriundas de pessoas que não

---

<sup>76</sup> BRASIL, 1988.

<sup>77</sup> MDH, 2018, p.15.

aceitam e não respeitam a crença alheia. Esses atos de violência e discriminação religiosa, muitas vezes são fomentados desde a infância, dentro dos lares, são crianças que crescem ouvindo que uma religião afro não presta, ou que é do demônio.

Por outro lado, existem pessoas que ensinam as crianças que as pessoas cristãs são alienadas, loucas, dentre outros termos pejorativos que acabam sendo internalizados de forma negativa. Até mesmo dentro das igrejas temos ensinamentos intolerantes que conduzem pessoas sem base às vias de fato, a entrar em um terreiro e destruir imagens, a jogar pedras nos telhados das igrejas, a depredar a imagem de quem professa alguma fé.

No Brasil, a Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, instituiu o dia de 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data foi escolhida após o infarto que a lalorixá Gilda (mãe) do terreiro Axé Abassá de Ogum sofreu momentos depois de ver sua foto em uma publicação depreciativa no jornal da Igreja Universal do Reino de Deus, e semanas depois de seu terreiro ter sido invadido por evangélicos.

A liberdade de culto é o respeito pelas religiões, condição para um convívio social pacífico, ao mesmo tempo que enriquece culturalmente um país. A liberdade religiosa é um direito fundamental das pessoas garantido pela constituição que deverá não interferir nas decisões individuais de cada pessoa, mas protegerá as práticas e locais de forma idêntica sem tender para lado algum, desde que não confrontem as leis de defesa e proteção da vida.

Os inúmeros exemplos existentes de intolerância religiosa, são patentes aos olhos da sociedade esses comportamentos não convergem com a proposta religiosa de cada religião. Dessa forma, vemos o Ensino Religioso como ferramenta necessária e importante na transformação desses indivíduos, pois ele poderá trabalhar de forma ampla e específica as nuances da religião.



## 4 ENSINO RELIGIOSO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO DE PESSOAS

O Ensino Religioso pode ser a ferramenta de transformação das pessoas. A partir da formação básica é possível construir uma educação livre de preconceito. Para crianças e adolescentes esses conceitos estão em desenvolvimento e em fase de internalização, utilizando a ferramenta de forma correta, os resultados poderão ser alcançados de forma satisfatória.

### 4.1 ENSINO RELIGIOSO PARTE INTEGRANTE DA FORMAÇÃO BÁSICA

A Lei nº 9.394<sup>78</sup>, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 33<sup>79</sup>, afirma que o Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão e que deverá ser assegurado o respeito a diversidade cultural e religiosa no Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Para iniciar os trabalhos com essa ferramenta chamada Ensino Religioso, não podemos ignorar essas potencialidades que poderão e deverão ser tratadas em sala de aula e até mesmo fora das quatro paredes, pois afinal queremos transformar uma sociedade, e esta não é estática, mas se movimenta em torno das escolas e de igual modo, precisam ser atingidas.

Essa ferramenta só terá valor quando utilizada de forma correta, na medida certa e com elementos combinados para isso.

A base de conhecimento e a personalidade<sup>80</sup> de qualquer ser humano é formada durante a sua infância, pois é o período de internalização de conceitos,

---

<sup>78</sup> BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>79</sup> O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

<sup>80</sup> Segundo Gabriela Cabral, a personalidade é uma característica do ser humano que organiza os sistemas físicos, fisiológicos, psíquicos e morais de forma que, interligados, determinam a individualidade de cada ser. Tal característica é formada ao longo do período de crescimento, ou seja, inicia-se na infância de acordo com o tratamento que recebe e com o modo de vida que tem dentro de seus ambientes, sejam eles o lar, a escola e os demais. CABRAL, Gabriela. Personalidade. **Mundo Educação**, Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/psicologia/personalidade.htm>. Acesso em 30 nov. 2021.

sedimentação de valores, verdades ou mentiras que serão capazes de nortear toda uma existência.

Uma criança pertencente a uma família onde o sectarismo e proselitismo religioso é radicalmente fomentado, naturalmente terá comportamento de intolerância religiosa. Frases do tipo: “tal religião não é de Deus”, “bombons de Cosme e Damião são sacrifício ao diabo”, dentre outras fazem parte do cotidiano das famílias que conscientemente ou não, pregam o discurso negativo de suas próprias crenças, pois ao invés de ensinar que essas práticas divergem de suas convicções, ensinam que o que não é semelhante às suas práticas não presta.

Esse discurso é uma semente que brotará carregada de preconceito e intolerância e resultará em brigas e discussões nas escolas onde essas crianças iniciarão suas convivências sociais e se tornarão adolescentes inconsequentes que provocarão ou sofrerão *bullying*<sup>81</sup>.

Portanto, se essas crianças e adolescentes saem de suas casas com as bagagens carregadas de conceitos previamente formados a respeito das religiões alheias, a escola tem a grande missão de ensinar e educar, desconstruir para então construir uma nova mentalidade, uma visão mais ampliada sem ofender e depreciar as convicções religiosas de cada família.

Através dessa formação em sala de aula, os alunos e as alunas poderão ser capazes de argumentar e até mesmo de orientar seus pais, parentes, amigos e amigas, acerca da diversidade religiosa existente no Brasil, reproduzindo agora um discurso entre as religiões, construindo pontes para as religiões e sociedades civilizadas e tolerantes.

Existe um fenômeno muito forte dentro das escolas chamado *Bullying*, e tem sido o algoz na vida de muitas crianças e adolescentes, trata-se de uma prática violenta, intencional e recorrente contra uma pessoa que muitas das vezes não reage e nem se defende, essa violência pode ser física, verbal, emocional e de vários outros tipos que ocasionam traumas psicológicos e físicos nas vítimas.

---

<sup>81</sup> Segundo o dicionário.priberam.org - Bullying: Conjunto de maus-tratos, ameaças, coações ou outros actos de intimidação física ou psicológica exercido de forma continuada sobre uma pessoa considerada fraca ou vulnerável. DICIONÁRIO PRIBERAM. **Bullying**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/bullying#:~:text=bullying%20%7Cb%3%BAling%7C&text=Conjunto%20de%20maus%2Dtratos%2C%20amea%C3%A7as,pessoa%20considerada%20fraca%20ou%20vulner%C3%A1vel..> Acesso em 30 nov. 2021.

Essa prática é uma forma de intolerância<sup>82</sup> e muitas das vezes está vinculada a opção religiosa de um colega, seja filho de pastor, coroinha, médium ou religião afro. Se a tolerância não for ensinada como um instrumento de educação, todos os esforços e melhores pensamentos para a construção de uma sociedade melhor será em vão, pois uma sociedade sem civilidade torna-se uma selva.

No Brasil, o *bullying* pode ser traduzido como ato de bulir, tocar, socar, zombar, tripudiar, ridicularizar, colocar apelidos humilhantes, dentre outros significados, são práticas que se tornaram comuns no universo escolar. Essa prática existe há muito tempo, desde que existe a instituição de ensino. No entanto, a preocupação com esse comportamento se deu a partir dos anos 1970. O fato começou a ser notado com o aumento da violência escolar e os diversos casos de depressão e suicídio, atentados e até homicídios<sup>83</sup>.

Teóricos como Célestin Freinet<sup>84</sup>, Lev Vygosky e Paulo Freire ensinam que os professores devem encontrar os melhores caminhos para instigar o processo educacional e para ensinar o aluno e a aluna a aprender e apreender a realidade social em que vivem.

O Ensino Religioso pode ser uma ferramenta didático-pedagógica que possibilita as mais variadas opções para a formação do espírito de cidadania dos alunos e das alunas, dos professores, das professoras e da sociedade como um todo.

Renan da Costa Ferreira e Laude Erandi Brandenburg afirmam que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) norteará nossa área de conhecimento convergindo para uma educação pautada na paz, que se fundamenta na valorização dos Direitos Humanos, no diálogo, na alteridade, como forma de internalizar conceitos e transformar mentalidades.

---

<sup>82</sup> Tâmara Silene Moura Jesus (2022), em seu artigo, traz a conceituação para Bullying religioso é necessário fazer uma conceituação específica para o Bullying religioso. A definição de Manoel Jorge e Silva Neto para assédio religioso é a de "todo comportamento ilícito, de pessoa natural ou jurídica, destinado à conversão de agnósticos, ateus ou indivíduos que professem fé diversa do assediante, para a qual se utiliza de violência física ou moral" (SILVA NETO, 2012).

<sup>83</sup> "O tema do bullying escolar passou a ser estudado com maior interesse a partir do início da década de 1970, na Noruega, com as pesquisas de Dan Olweus. Mas o grande despertar da população local para o assunto aconteceu em 1982, quando três jovens estudantes, entre 10 e 14 anos, se suicidaram porque não aguentavam mais sofrer na escola". GIMENES, Nilson Roberto da Silva. **Bullying religioso na escola e a responsabilidade civil**. Revista Acadêmica Faculdade de Direito do Recife. Volume 87, número 2, jul./dez. 2015. p. 148.

<sup>84</sup> FREINET, Celetin. **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: WMF Martins Freitas, 2004.

Contudo, para se educar para paz é necessário muito mais do que objetivos, habilidades e competências. Para eles antes de tudo é necessário que o Estado possibilite meios para que tudo possa acontecer, em primazia, a formação docente para atuar no Ensino Religioso.

Se por um lado vivemos em um país laico, onde cada indivíduo tem a liberdade de acreditar e cultuar a quem e o que ele quiser, por outro lado os próprios indivíduos não conseguem administrar essa liberdade proporcionada pelo Estado e que não é vista em muitos países mundo a fora. Não há respeito pelas pessoas, seus locais de culto e seus ritos, esse desrespeito ocorre porque não há uma cultura de tolerância, empatia e alteridade.

Podemos tratar a laicidade do Estado Brasileiro, a liberdade de expressão, tolerância e intolerância religiosa, o repúdio ao preconceito e a violência, a hegemonia e toda forma de respeito ao próximo por meio dessa disciplina. Além de abordagens didáticas o objetivo desse paradigma é formar cidadãos mais humanos que entendam e compreendam as diversas formas de expressões de Fé e as diferentes escolhas individuais.

Um das propostas e sugestões práticas a serem adotadas, seriam oficinas, painéis, feiras ao ar livre, em praças públicas e clubes, abordando a diversidade religiosa. Eventos promovidas pelas escolas em parceria com clube de pais das comunidades, com igrejas, associação de moradores, e demais representantes de segmentos religiosos.

O conhecimento nos traz liberdade e o lucro dos estudos é a sabedoria como afirma Michel de Montaigne<sup>85</sup>, no entanto a falta de conhecimento, educação ou instrução, nos remete aos instintos primitivos, ao absurdo implacável da ignorância, tornando muitas vezes o ser humano semelhante às espécies mais selvagens e grotescas de animais irracionais.

---

<sup>85</sup> Michel Eyquem de Montaigne (Castelo de Montaigne, 28 de fevereiro de 1533-1592) foi um jurista, político, filósofo, escritor, cético e humanista francês, considerado como o inventor do ensaio pessoal. Nas suas obras analisou as instituições, as opiniões e os costumes, debruçando-se sobre os dogmas da sua época e tomando a generalidade da humanidade como objeto de estudo. Criticou a educação livresca e mnemônica, propondo um ensino voltado para a experiência e para a ação. Acreditava que a educação livresca exigiria muito tempo e esforço, o que afastaria os jovens dos assuntos mais urgentes da vida. Para ele, a educação deveria formar indivíduos aptos ao julgamento, ao discernimento moral e à vida prática.

O Brasil é um país multicultural com uma pluralidade religiosa expressiva que demonstra a diversidade de opiniões nesse encontro de tribos e crenças, os dogmas e ceticismos religiosos precisam ser tratados de forma mais científica para a construção de uma sociedade livre da intolerância.

No entanto a legislação que trata sobre o Ensino Religioso nas escolas gera um enfraquecimento para esse componente, ao torná-la uma matéria facultativa, entende-se que ela não é tão importante ou reforça a ideia de que seu docente usará de doutrinação em suas aulas.

O texto da lei afirma que é vedado qualquer forma de proselitismo, se assim fosse não haveria necessidade de facultar a participação dos alunos e das alunas. Nas salas de aulas, pois o ensino não seria tendencioso, e não ofenderia a fé de ninguém e dessa forma assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.

Áreas como a filosofia e antropologia trazem em seu bojo grande contribuição para a formação da pessoa pensante, da mesma forma no Ensino Religioso, ao se permitir que o aluno e a aluna fiquem fora da sala de aula durante a ministração dessa disciplina, estamos fomentando o *bullying* religioso e as desigualdades de informações.

O conteúdo ministrado em sala de aula necessita ainda de uma ampliação em suas formas de alcance é importante que os pais e responsáveis por esses alunos e alunas também sejam alcançados, pois eles são os chanceladores desse conhecimento, de nada adiantaria receber a informação libertadora, se ao chegar em suas casas os alunos e as alunas se depararem com seus pais dizendo que o professor está ensinando errado, que tomarão providências junto a direção da escola e dessa forma novamente cortam as asas da liberdade de seus filhos, os mantendo no cárcere da ignorância em nome da religiosidade.

Dessa forma podemos abordar o Ensino Religioso na perspectiva de propor uma melhor compreensão do seu significado na formação de um cidadão mais tolerante. O que se deve abordar são os cantos mais recônditos desse universo, mostrando a importância individual e coletiva promovendo o conhecimento, libertando-os dos preconceitos contidos na falta de conhecimento a respeito do diversificado universo religioso existente no Brasil.

Esse universo que apesar de vasto e gigante, mora ao lado de cada um de nós, e muitas vezes não tomamos conhecimento de quantas dificuldades ou preconceito o praticante de uma religião “X” passa em seu trabalho, faculdade ou mesmo no intervalo da merenda escolar, e nos tornamos alheios a esses sofrimentos e realidades que em alguns casos levam pessoas a morte por violência, suicídio ou mesmo à morte moral.

## 4.2 EDUCAÇÃO LIVRE DE PRECONCEITO

O Ensino Religioso dentro de uma educação livre de preconceito é responsável pela construção de uma sociedade mais tolerante visando uma educação desprendida de preconceito, racismo, proselitismo e hegemonia, além de apresentar e descrever as diversas formas de religiões, suas expressões, a liberdade de expressão religiosa e de culto e suas relações com a intolerância religiosa.

A educação é a base de qualquer sociedade, representa o desenvolvimento, evolução e progresso, não existe crescimento sem conhecimento e o conhecimento não é possível sem educação. Segundo Paulo Freire<sup>86</sup>, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

A base para se ter uma sociedade moderna está exatamente na educação como vetor de mudança e transformação de seres sociáveis. Aliado a esse conhecimento podemos verificar o aumento da intolerância religiosa<sup>87</sup> no âmbito escolar, pois há uma diversidade religiosa e um pluralismo que representa tribos, raças e povos, sendo imprescindível um esclarecimento sobre o preconceito religioso, e os principais grupos afetados por tal ação.

---

<sup>86</sup> FREIRE, 2003, p. 47.

<sup>87</sup> “Como professores temos na escola o espaço privilegiado para a harmonia destes conhecimentos étnicos e culturais onde a religião faz parte deste percurso, está relacionada a um povo e sua história. A escola é um espaço democrático ou deveria ser, deve ligar o mundo ao espaço que o cerca. As religiões afro-brasileiras devem estar presentes no contexto escolar e como educadora sinto-me desafiada, porém encorajada para trabalhar essa riqueza tão diversificada que é o mundo das religiões. Conforme estas considerações, Luckesi (1994, p.30-31) postula: A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social.” SOUSA, Francisca Roseane Franco Ribeiro de. Ensino Religioso na educação escolar: intolerância contra religiões afro-brasileiras. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em 22 abr. 2022.

Dessa forma se faz importante fazer uma análise sobre os efeitos benéficos e maléficos causados pela explosão religiosa existente e que ocasiona a intolerância religiosa em vários ambientes, sejam em vias públicas ou até mesmo em escolas. Essa análise da pluralidade religiosa se faz necessária para além do estudo teológico, incluindo áreas como a antropologia, filosofia, história, entre outras.

O Brasil é um país genuinamente religioso, desde o período colonial a religião tem seu lugar de fala no processo expansionista, de certa forma no período colonial a religião foi um instrumento de dominação, quando ela foi apresentada de forma compulsória e imposta ao próximo sem que a opinião do outro fosse considerada.<sup>88</sup>

Durante séculos, as religiões africanas<sup>89</sup> foram relegadas ao âmbito da superstição, sendo duramente combatidas, consideradas perturbadoras da ordem pública, em razão dos instrumentos de percussão usados em seus cultos, e somente na década de 1920 começaram a sair da clandestinidade.

Os milhões de africanos transportados para o Brasil na condição de escravos encontraram na religião o modo mais profícuo de resistência cultural, de superação de sua condição de escravos e de preservação de suas identidades. Não foi diferente com os povos indígenas, que tiveram que renunciar sua própria cultura, em detrimento da religião trazida pelos europeus.

O sentimento religioso era algo existente nos povos indígenas, os nativos habitantes da terra brasileira tinham suas crenças, o xamanismo, animismo, panteísmo, era o que eles praticavam e, no entanto, não foram respeitados. O mesmo aconteceu com os negros trazidos da África, que eram punidos por cultuarem seus orixás.

---

<sup>88</sup> Cristianizados com o uso da violência e sem a catequese, os escravos tornam-se, oficialmente, católicos ou protestantes... Não raro, as divindades originais confundiram-se com figuras de destaque no cristianismo: os santos. Festas africanas confundiram-se com festas do calendário cristão. JUNIOR, 2020, p.33

<sup>89</sup> Estima-se que 10 milhões de africanos tenham sido transferidos para as Américas. O Brasil recebeu 45% desse total...A catequese dos escravos ficou completamente entregue aos proprietários destes. JUNIOR, Belmiro Medeiros da Costa. **Introdução ao fenômeno religioso no Brasil**. Manaus: IBADAM, 2020. p.31

A intolerância religiosa é praticada desde o período colonial, essa percepção é observada a partir das falas de Pero Vaz de Caminha quando ignora a existência da religião dos indígenas e recomenda que sejam evangelizados<sup>90</sup>.

Brandenburg, Reblin e Saldanha debatem a política em especial, a democracia, e o papel político da teologia, as relações entre religião e Estado, as ações das religiões na vida pública, e a convivência com as diferenças e destacam o cenário de violência imposto de forma arbitrária pelas igrejas: “Infelizmente, as religiões são violadoras de direito, assumindo frequentemente posturas violentas em relação à alteridade e à convivência com as diferenças. Assim, os direitos humanos emergem como “sinais dos tempos”.<sup>91</sup>

Dessa forma, a intolerância religiosa é histórica e atravessa gerações causando dor e sofrimento para aqueles que sentiram na pele as violências ocasionadas pela ignorância religiosa. O país já avançou muito em relação a criação de leis que criminalizam essa prática, no entanto, a brandura em torno do assunto e a falta de aplicabilidade da pena traz a sensação de impunidade, fazendo com que o intolerante continue em sua saga de violência contra o próximo.

As religiões colonizadoras ainda são uma realidade, querem colonizar, obrigar e fazer todos pensarem da mesma forma, esse modelo compulsório que não respeitou, índios, negros e civilizações em geral, continua viva nos tempos atuais, a religião como instrumento de dominação continua até hoje na busca pela hegemonia, não respeitando opiniões diferentes, posicionamentos e crenças diferentes. As divindades não podem ser patenteadas, todas as religiões são consideradas legítimas desde que não afetem os limites constitucionais estabelecidos.

---

<sup>90</sup> Pero Vaz de Caminha descreve a primeira missa católica rezada no Brasil e, logo após, aconselha o rei de Portugal a converter os indígenas à religião do reino, ignorando que eles já possuíam sua própria religião e seus próprios rituais religiosos. “Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles...se farão cristãos...pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles.” CARTA DE Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2022. p.11.

<sup>91</sup> REBLIN, SALDANHA, 2019, p. 10.

Portanto, se faz necessária a compreensão da pluralidade religiosa que norteia a sociedade que vivemos. Como expressa Durkheim<sup>92</sup>:

[...] no fundo não há religiões que sejam falsas. Todas são verdadeiras a sua maneira: todas respondem, ainda que de maneiras diferentes, a determinadas condições da vida humana [...] todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são igualmente seres vivos.<sup>93</sup>

A autora Tânia Maria de Carvalho Câmara Monte<sup>94</sup>, em seu texto “A Religiosidade e sua função social”, afirma que a religião não é somente como uma comunidade religiosa, mística ou de fé, mas é como instituição social, e nos permite compreendê-la como um mecanismo social que programa o comportamento humano de forma especializada. Não podemos olhar a religião como um elemento fechado, há muitas nuances a serem observadas.

A função da instituição é fundamentalmente prática, pois programa o comportamento por meio da persuasão e reforço das crenças, e conduz o indivíduo a reproduzir comportamentos segundo as regras da instituição, identificando-a com a própria verdade.

Dentro de uma comunidade temos a mistura de diversas referências religiosas, culturais, sociais e diversas visões de mundo. Cada indivíduo possui suas particularidades na sua relação com o divino e o transcendente. O comportamento individual vai gritar ou silenciar dentro de uma comunidade, dependendo de quão forte e expressiva seja a voz desse representante, teremos alguém que será ouvido ou ignorado.

Por isso é tão importante educar para construirmos personalidades individuais capazes de se tornarem vozes expressivas nas comunidades em que estão inseridas. E fazer com que esses cidadãos sejam cada vez mais tolerantes não somente em suas atitudes, mas em suas falas, que poderão ser reproduzidas e ecoadas dentro da sala de aula, como também fora do ambiente escolar, eis aí uma tarefa para o Ensino Religioso.

---

<sup>92</sup> David Émile Durkheim foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. Formalmente, tornou a sociologia uma ciência e, com Karl Marx e Max Weber, é comumente citado como o principal arquiteto da ciência social moderna e pai da sociologia.

<sup>93</sup> DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Algumas Formas Primitivas de Classificação**. São Paulo: Perspectiva, 1995. p. 31.

<sup>94</sup> MONTE, Tânia Maria de Carvalho Câmara. A religião e sua função social. **Revista Inter-Legere**, n. 5, 2009.



## 5 CONCLUSÃO

Dessa forma buscamos responder à pergunta central desta pesquisa: sobre como o Ensino Religioso pode atuar como instrumento de contribuição para a construção de uma sociedade de indivíduos tolerantes?

Verificamos a importância e a contribuição do Ensino Religioso para a conscientização das pessoas, dando liberdade a todos com credo religioso ou sem credo, por meio do esclarecimento educacional sobre as diversidades religiosas realizado em sala de aula pelo professor e pela professora de forma imparcial.

Percebe-se que o Ensino Religioso pode ser uma ferramenta didático-pedagógica que possibilita a formação do espírito de cidadania dos discentes e docentes, a partir da abertura para a participação dos alunos e das alunas com suas experiências de vida religiosa e nos ajuda a responder as questões levantadas no início dessa pesquisa, sobre como desenvolver o sentimento igualitário com olhar de aceitação e inclusão de outras formas de ser e existir? Qual a forma de se pensar a religião no âmbito escolar, sem fazer proselitismo?

Nesse sentido, o caminho a ser trilhado para essa construção social e mudança do cenário crítico atual de forma a diminuir a intolerância religiosa seria pensando e ensinando o fenômeno religioso e seus efeitos sociais no âmbito escolar sem qualquer forma de proselitismo.

Avançar nas discussões sobre a inter-relação Religião e Educação é procurar entender esse campo como uma arena de intervenção social. Nesse aspecto o Ensino Religioso é importantíssimo, pois o mesmo, se apresenta como forma de diálogo, adentrando o universo vasto de dúvidas e inquietações existenciais que norteiam a mente de uma geração ainda em formação.

Em vista disso, podemos afirmar que o Ensino Religioso tem essa proposta de evocar o diálogo na compreensão do fenômeno religioso, e com isso promover o respeito, tolerância e alteridade, e propõe diversas pontes de acesso a um modelo dialógico, mas assim como qualquer outra ferramenta se for utilizada de forma errada, não transmitirá nenhum resultado.

Por conseguinte, a educação, nesse contexto, deverá ser a mola propulsora para o Ensino Religioso, atuando com protagonismo, contribuindo com um currículo escolar que oportunize o compartilhamento de variados olhares sobre um mesmo conteúdo, valendo-se das competências da BNCC e seu conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos e alunas devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.

Dessa maneira a religião, como um fenômeno social, que exerce influência política, psicossocial e espiritual, deve em sua forma de existência institucional atuar como um instrumento eficaz de educação. Uma religião que propaga ódio, intolerância e toda forma de conflito e não possui caráter de paz em seu discurso, é nociva enquanto instituição religiosa. As práticas do Ensino Religioso não têm se manifestado satisfatórias por conta do proselitismo existente em parte dos educadores e educadoras que carregam esse paradigma desde o período colonial com as catequizações, cujo modelo continuou sendo aplicado ainda que timidamente.

Em suma as escolas têm um papel fundamental nessa transformação de pessoas, têm a missão de ensinar e educar, e os professores e as professoras de Ensino Religioso não têm função de doutrinar, mas têm o desafio de formar cidadãos e cidadãs capazes de aceitar as pessoas com as suas diferenças. A missão de quem ensina é de formar seres humanos com mais alteridade e empatia, rompendo as fronteiras escolares, estimulando o sentimento de amor em cada aluno e aluna de forma a refletir no trato uns com os outros.

Evidentemente, existem crianças, adolescentes e jovens em contextos familiares diferentes. Uns enrijecidos por experiências de lares desestruturados, carregando bagagens de dores existenciais horrorosas, o que às vezes reverbera no trato com demais colegas. São joias brutas a serem lapidadas, são seres humanos em formação que precisarão de ajuda no aprimoramento do caráter.

Por fim salientamos que a religião tem sua coexistência com a humanidade e chega ser impossível não percebê-la, não buscar entendê-la ou pelo menos conhecê-la. Dessa forma, podemos compreender que o Ensino Religioso, a educação e o comprometimento de professores e professoras, educadores e educadoras são ferramentas poderosas para a transformação da sociedade. O

caminho da educação leva à tolerância, o caminho do conhecimento leva à libertação de mentes aprisionadas na ignorância, no preconceito e no ódio.



## REFERÊNCIAS

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 05 fev. 2022.

ACIOLY, Augusto Cesar, ARAÚJO, Victor Antônio Bispo. Intolerância contra afro-religiosos: Conhecendo o candomblé dentro da sala de aula. V. 17, n. 1, 2016. **XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3362/2695>. Acesso em: 24 de abr. de 2022.

ALVES, Rubem Azevedo. **O que é religião**. São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1984.

BRANDENBURG, Laude Erandi. A epistemologia do Ensino Religioso suas limitações e abrangências: a confluência da educação e da religião na escola. **Interações, Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 12 de out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf). Acesso em: 22 de ago. 2022.

CABRAL, Gabriela. Personalidade. **Mundo Educação**, Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/psicologia/personalidade.htm>. Acesso em 30 nov. 2021.

CÂMARA, Ana Lúcia Ferreira. Os caminhos da alteridade. *In*: REBLIN, Iuri A. (Org.). **10 Teses sobre religião e educação**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

CARDOSO, Kaique; RODRIGUES, Donizete. Durkheim e Weber: uma perspectiva introdutória acerca da religião. **Revista Relegens Theréskeia**, UFPR. Vol.8, Nº1. 2019.

CARTA DE Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em 22 de abr. de 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2007.

CIFUENTES, Rafael Llano. **Relações entre a Igreja e o Estado**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Não nascemos prontos, provocações filosóficas**. 19 ed. São Paulo. Editora Vozes Nobilis, 2015.

DICIONÁRIO AURÉLIO Buarque de Holanda Ferreira. Curitiba: Positivo, 2010.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/laicismo/>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

DICIONÁRIO INFOPEDIA. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/Laicidade>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Bullying**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/bullying#:~:text=bullying%20%7Cb%C3%BAling%7C&text=Conjunto%20de%20maus%2Dtratos%2C%20amea%C3%A7as,pessoa%20considerada%20fraca%20ou%20vulner%C3%A1vel..> Acesso em 30 nov. 2021.

DOMINGOS, Marília de Franceschi Neto. **Laicidade: o direito à liberdade**. Belo Horizonte: Horizonte, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totemico na Austrália**. OEIRAS: Celta Editora, 2002.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. **Algumas Formas Primitivas de Classificação**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

EDUCAÇÃO. **Significados**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/?s=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 10 maio 2022.

FOWLER, James W. **Estágios da fé**. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FREINET, Celetin. **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: WMF Martins Freitas, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIMENES, Nilson Roberto da Silva. **Bullying religioso na escola e a responsabilidade civil**. Revista Acadêmica Faculdade de Direito do Recife. Volume 87, número 2, jul./dez. 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HUMANOS, Ministério dos Direitos (MDH). **Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa no Brasil: Pesquisas, reflexões e debates**. São Paulo: Secretaria Nacional de Cidadania, 2018.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. 24ª Impressão. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

JUNIOR, Belmiro Medeiros da Costa. **Introdução ao fenômeno religioso no Brasil**. Manaus: IBADAM, 2020.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves; SOARES, Afonso Maria Ligorio. **Educação e religião: múltiplos olhares sobre o Ensino Religioso**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

MONTE, Tânia Maria de Carvalho Câmara. A religião e sua função social. **Revista Inter-Legere**, n. 5, 2009.

REBLIN, Iuri Andréas, SALDANHA, Marcelo Ramos. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST. **Educação, fundamentalismos e emancipação**. São Leopoldo, RS: Faculdades EST, 2019. Recurso online Disponível em: <[http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/biblioteca/livros-digitais/Educacao\\_fundamentalismos\\_e\\_EMANCIPACAO.pdf](http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/biblioteca/livros-digitais/Educacao_fundamentalismos_e_EMANCIPACAO.pdf)>. Acesso em: 6 maio 2020.

REBLIN, Iuri Andréas. **10 Teses Sobre Religião e Educação**. São Leopoldo: Faculdades EST, 2017.

RELIGIÃO. **Oxford**. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em 06 fev. 2022

RODRIGUES, Donizete. O Erro de Nietzsche e a (não) Morte de Deus: o (des)encantamento do mundo. **Política & Sociedade**, v. 16, n. 36, p. 128-142, 2017.

SADA, Juliana. **Eu e o Outro: o perigo da história única**. 7 de agosto de 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/eu-outro-perigo-da-historia-unica/>. Acesso em: 16 maio 2022.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação: reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, Noêmia dos Santos. **Amor e revelação na pedagogia dialógica: Diálogo entre Paulo Freire e Juan Luis Segundo**. São Bernardo do Campo, 2009.

SOUSA, Francisca Roseane Franco Ribeiro de. Ensino Religioso na educação escolar: intolerância contra religiões afro-brasileiras. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.1, n.1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em 22 abr. 2022.

SOUZA, Fanuel Santos de. **A religião nos limites do artigo 5º da Constituição Federal de 1988**. Manaus: Ulbra, 2019.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2005.